



Observatório da Oposição 2025

17 DE FEVEREIRO • RELATÓRIO SEMANAL Nº 79



Brasil sob escrutínio: O STF e o Governo na mira da CIDH por violações à liberdade de expressão

SENADOR
**ROGÉRIO
MARINHO**

SENADOR ROGÉRIO MARINHO
LIDERANÇA DA OPOSIÇÃO NO SENADO FEDERAL
ANEXO II, ALA FILINTO MULLER, GABINETE 6 - TEL.: (61) 3303 1221

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO



SÍNTESE

O Relatório Semanal do Observatório da Oposição é uma publicação periódica com análises das principais movimentações do Governo Federal na última semana. Seu objetivo é monitorar as ações do Poder Executivo e subsidiar os senadores da oposição quanto aos temas mais sensíveis prejudiciais ao País.

EVAIR
DE MELO

DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

PRIORIDADES DA SEMANA

1

JUSTIÇA E CIDADANIA

Página

Brasil sob escrutínio: O STF e o Governo na mira da CIDH por violações à liberdade de expressão

01

2

POLÍTICA

Pesquisas de opinião mostram que governo Lula está no caminho errado

14

3

RELAÇÕES INTERNACIONAIS

O papel da USAid no financiamento de mídias e movimentos políticos Anti-Direita no Brasil

25

4

TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Governo quer usar bônus destinado a consumidores de menor renda para pagar rombo de Itaipu causado pelo MME

36

A "Herança maldita perpétua": TCU identifica novo contrato superfaturado na Petrobras da época de Dilma Rousseff

41

Onde 'Conversa de boteco' do ministro da CGU encontra a realidade

44

5

SEGURANÇA PÚBLICA

Programa Pena Justa é justo para quem?

52

1 JUSTIÇA E CIDADANIA

Brasil sob escrutínio: O STF e o Governo na mira da CIDH por violações à liberdade de expressão

A visita da Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH) ao Brasil entre 9 e 14 de fevereiro de 2025 colocou em evidência um debate crítico sobre a liberdade de expressão e a atuação do Estado na repressão ao discurso público. Em um contexto de crescente preocupação internacional, o STF e o governo brasileiro passaram a ser alvo de questionamentos sobre censura, perseguição política e restrições arbitrárias ao debate digital e midiático.



Contexto da visita

A Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), órgão vinculado à Organização dos Estados Americanos (OEA), realizou **visita oficial** ao Brasil entre 9 e 14 de fevereiro de 2025, liderada pelo Relator Especial para a Liberdade de Expressão, Pedro Vaca Villarreal. O objetivo da missão foi avaliar a situação da liberdade de expressão no país.

Durante a visita, a delegação da CIDH se **reuniu** com diversas autoridades e representantes da sociedade civil, incluindo ministros do Supremo Tribunal Federal (STF), parlamentares, membros do Ministério Público, organizações de direitos humanos, jornalistas e representantes de plataformas digitais. As reuniões ocorreram em Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo.

No **encontro** com os ministros Luís Roberto Barroso e Alexandre de Moraes, do STF, os ministros buscaram justificar as ações recentes da Corte sob a narrativa das ameaças à ordem democrática, para sustentar a necessidade das medidas totalitárias adotadas.

Pedro Vaca também se **reuniu** com parlamentares da oposição, advogados e familiares de pessoas detidas em decorrência dos eventos de 8 de janeiro de 2023. Após esses encontros, ele afirmou que o "tom dos relatos" sobre possíveis violações à liberdade de expressão no Brasil é "realmente impressionante".

A visita da CIDH ao Brasil gerou diferentes reações. Enquanto alguns veem a missão como uma oportunidade para abordar preocupações relacionadas à censura e à liberdade de expressão, outros demonstram ceticismo quanto aos possíveis resultados concretos dessa iniciativa.

A CIDH deverá elaborar um relatório com suas conclusões e, se necessário, fazer recomendações ao governo brasileiro. Embora as recomendações da CIDH não sejam juridicamente vinculantes, elas podem influenciar futuras ações da Corte Interamericana de Direitos Humanos e servir como referência para organizações internacionais e governos estrangeiros ao pressionar por mudanças políticas ou legislativas.



O que é a CIDH

A **Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH)** é composta por sete membros independentes, eleitos pela Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), com mandatos de quatro anos, podendo ser reeleitos uma vez. Esses comissários são figuras influentes na definição das diretrizes e na condução das atividades da CIDH.

Além dos comissários, a CIDH conta com relatores especiais que influenciam significativamente seu trabalho. Por exemplo, o Relator Especial para a Liberdade de Expressão, cargo atualmente ocupado por Pedro Vaca Villarreal, desempenha um papel crucial na avaliação e promoção da liberdade de expressão nas Américas.

É importante notar que, embora a CIDH seja um órgão técnico e jurídico, ela opera dentro de um contexto político, uma vez que seus membros são eleitos pelos Estados membros da OEA. Isso pode levar a percepções de influência política em suas decisões e relatórios. No entanto, a independência dos comissários e relatores é fundamental para a credibilidade e eficácia da Comissão na promoção e proteção dos direitos humanos no continente americano.

A motivação da visita da CIDH ao Brasil

A visita da CIDH ao Brasil reflete a preocupação internacional com possíveis violações da liberdade de expressão, censura judicial, perseguição política e excessiva intervenção do Estado no debate público. Alguns dos principais fatores que levaram à missão da CIDH ao país incluem:

1. Alegações de censura e controle de discurso

- Setores da sociedade brasileira têm denunciado o aumento do controle sobre a liberdade de expressão, especialmente no ambiente digital.

- Medidas tomadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF) e pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE), como bloqueio de perfis e conteúdos considerados desinformação ou incitação à violência, geraram críticas de suposta censura.
- Parlamentares da oposição denunciaram a existência de um "estado de exceção" e alegaram perseguição política.

2. Prisões e repressão após os atos de 8 de janeiro de 2023

- Após a dita "tentativa de golpe" em 8 de janeiro de 2023, centenas de pessoas foram presas e processadas.
- Organizações de direitos humanos e familiares de detidos alegaram violações de garantias legais, abusos e falta de transparência nos processos judiciais.
- A CIDH buscou avaliar as condições dessas prisões e se há irregularidades nas acusações ou julgamentos.

3. Regulação das plataformas digitais e combate à desinformação

- O governo brasileiro tem discutido uma nova regulamentação para redes sociais e plataformas digitais, com base no controle de conteúdo.
- Há preocupação com o risco de que essas medidas possam restringir excessivamente a liberdade de expressão sob o pretexto de combater fake news.
- Empresas como Google, Meta e X (Twitter) demonstraram resistência a certas propostas, alegando riscos de interferência estatal excessiva.

4. Acompanhamento de denúncias de perseguição a jornalistas e opositores

- A Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) e a Repórteres sem Fronteiras relataram ameaças, intimidações e censura contra jornalistas e veículos independentes.

- Houve casos de jornalistas processados ou impedidos de acessar informações governamentais, além de investigações sobre veículos de mídia alternativa.
- A CIDH avaliou se há um ambiente de hostilidade à imprensa e eventuais ações do Estado contra profissionais da mídia.

5. Pressão internacional e denúncias de ONGs e organismos multilaterais

- A visita ocorreu em resposta a denúncias formais de organizações da sociedade civil brasileira, que acionaram a CIDH para investigar a situação no país.
- O Brasil tem sido citado em fóruns internacionais devido à polarização política e possíveis abusos de poder por parte de instituições judiciais e governamentais.
- A OEA já havia demonstrado preocupação com a situação dos direitos humanos e o uso de leis contra fake news para suprimir vozes dissidentes.

6. Tensão entre poderes e a atuação do Judiciário

- A relação entre os três poderes no Brasil tem sido marcada por embates entre o Executivo, o Judiciário e o Legislativo.
- O Supremo Tribunal Federal (STF) tem tomado decisões que vão além das funções tradicionais do Judiciário, o que gerou questionamentos sobre a separação dos poderes.
- A CIDH também analisou se há risco de um desequilíbrio institucional e se o ativismo judicial poderia estar prejudicando direitos fundamentais.

Importante destacar o papel fundamental que o deputado Marcel Van Hatten (NOVO-RS) desempenhou para viabilizar a visita da CIDH ao Brasil. Em dezembro de 2024, Van Hattem, juntamente com outros parlamentares do Partido Novo, [protocolou uma denúncia formal na CIDH](#) contra o governo brasileiro, alegando violações à liberdade de expressão, especialmente relacionadas ao bloqueio da rede social X (antigo Twitter) durante o período eleitoral de 2024.

A liberdade de expressão, segundo a CIDH

A CIDH baseia sua avaliação da liberdade de expressão nos seguintes direitos fundamentais, que estão consagrados em tratados internacionais e jurisprudência da Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH):

1. Artigo 13 da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica)

- Este é o principal **instrumento legal** usado pela CIDH para avaliar a liberdade de expressão nos países-membros da OEA.
- Principais garantias:
 - Liberdade de buscar, receber e difundir informações e ideias de qualquer tipo, sem censura prévia.
 - Vedação de restrições indiretas, como abuso de controle estatal sobre licenças de radiodifusão e publicidade oficial.
 - Proibição absoluta da censura prévia, exceto em casos específicos, como proteção de menores.
 - Direito ao acesso à informação pública.

2. Princípios sobre a Liberdade de Expressão da CIDH (2000)

- **Documento elaborado** pela Relatoria Especial para a Liberdade de Expressão da CIDH.
- Critérios usados pela CIDH na avaliação de violações:
 - **Transparência:** O Estado deve garantir o acesso à informação pública e evitar a obstrução do trabalho jornalístico.
 - **Proporcionalidade de restrições:** Qualquer limitação à liberdade de expressão deve ser excepcional, proporcional e claramente fundamentada.
 - **Proibição da censura prévia:** Nenhuma autoridade pode impedir a publicação de informações antes de sua divulgação.

- **Responsabilidade ulterior:** O Estado pode impor sanções apenas após a publicação de conteúdos considerados ilegais, desde que respeite o devido processo legal.

3. Proteção especial para jornalistas e mídia

- A CIDH reconhece a imprensa como pilar essencial da democracia.
- Garantias fundamentais:
 - Proteção contra violência, ameaças e perseguições a jornalistas.
 - Investigação e punição de crimes contra a liberdade de imprensa.
 - Restrições a leis de difamação, injúria e calúnia que possam criminalizar o jornalismo.

4. Direito à privacidade vs. Liberdade de expressão

- A CIDH avalia se leis que protegem a privacidade estão sendo usadas para censurar críticas ao governo ou figuras públicas.
- Figuras públicas devem ter maior tolerância a críticas, pois fazem parte do debate democrático.

5. Uso da internet e redes sociais

- A CIDH reconhece que a internet ampliou o alcance da liberdade de expressão, mas também trouxe desafios, como a disseminação de fake news.
- Critérios de avaliação:
 - Medidas contra desinformação devem ser proporcionais e não levar à censura.
 - Regulações de plataformas digitais devem ser claras, previsíveis e evitar controle político.

A CIDH usa um conjunto amplo de direitos fundamentais para avaliar a liberdade de expressão, garantindo que nenhuma restrição indevida limite o debate democrático. Em seu relatório sobre o Brasil, Pedro Vaca Villarreal

provavelmente analisará o papel do Judiciário, as restrições a redes sociais, a censura de conteúdos críticos e a proteção da imprensa à luz desses princípios.

Exemplos concretos de ações da CIDH

A CIDH já produziu diversos [relatórios](#) que tiveram impacto significativo sobre países membros da Organização dos Estados Americanos (OEA). Alguns exemplos concretos incluem:

1. Relatório sobre a crise na Venezuela (2017-2019)

- **Impacto:** A CIDH publicou diversos [relatórios](#) denunciando graves violações de direitos humanos sob o governo de Nicolás Maduro, incluindo repressão contra opositores, censura e detenções arbitrárias.



- **Consequências:**

- Em 2021, a CIDH recomendou à Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) que analisasse o caso venezuelano.
- O relatório influenciou sanções impostas pela União Europeia e pelos Estados Unidos contra membros do governo venezuelano.
- A ONU e a OEA passaram a pressionar a Venezuela por reformas democráticas e maior liberdade de imprensa.

2. Relatório sobre o golpe de Estado em Honduras (2009)

- **Impacto:** Após o golpe de Estado que derrubou o presidente Manuel Zelaya, a CIDH publicou um [relatório](#) detalhado denunciando violações de direitos humanos cometidas pelo governo interino.



- **Consequências:**

- A OEA suspendeu Honduras do bloco até que eleições democráticas fossem realizadas.

- A CIDH monitorou a situação e impôs medidas cautelares para proteger defensores de direitos humanos e jornalistas.
- O relatório ajudou a pressionar por eleições mais transparentes no país.

3. Relatório sobre a repressão aos protestos no Chile (2019)

- **Impacto:** A CIDH investigou a repressão violenta das forças de segurança chilenas contra manifestantes durante os protestos de 2019.

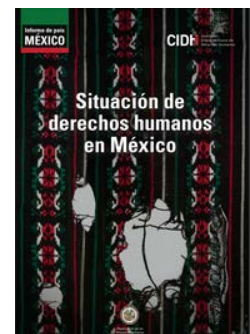


- **Consequências:**

- O governo chileno foi pressionado a criar mecanismos de responsabilização para policiais envolvidos em abusos.
- O relatório contribuiu para que a CIDH recomendasse reformas nas políticas de segurança do Chile.
- A ONU usou as conclusões do relatório como base para suas próprias investigações sobre abusos no país.

4. Relatório sobre violações contra jornalistas no México (2018)

- **Impacto:** A CIDH apontou que o México era um dos países mais perigosos para jornalistas, com altos índices de assassinatos e desaparecimentos forçados de comunicadores.



- **Consequências:**

- O governo mexicano criou um programa de proteção a jornalistas em resposta às pressões internacionais.
- A CIDH recomendou mudanças na legislação sobre crimes contra a imprensa, o que levou à criação de órgãos especializados no país.

Os relatórios da CIDH não têm poder jurídico vinculante, mas frequentemente influenciam decisões da OEA, da ONU, de governos

estrangeiros e de organizações internacionais. Muitas vezes, as recomendações da Comissão levam a sanções diplomáticas, criação de políticas públicas e reformas legislativas nos países analisados.

Se o relatório sobre o Brasil trazer conclusões contundentes, pode haver pressão internacional, influência em decisões judiciais e reforço de mecanismos de monitoramento por parte de organismos multilaterais.

A liberdade de expressão no contexto digital

Com o avanço da internet e das redes sociais, surgiram novos desafios para a liberdade de expressão, como:

- ▶ **Fake news e desinformação** – debates sobre como combater a desinformação sem censurar opiniões legítimas.
- ▶ **Censura estatal** – bloqueio de sites, redes sociais ou remoção de conteúdos por governos autoritários.
- ▶ **Moderação de conteúdo por empresas privadas** – decisões de plataformas digitais que restringem discursos sob critérios próprios.

A ONU e a CIDH reconhecem que a disseminação de desinformação e fake news pode prejudicar processos democráticos, mas enfatizam que qualquer medida governamental para combatê-las deve respeitar a liberdade de expressão e seguir princípios fundamentais. As diretrizes principais incluem:

Princípios Fundamentais para Regulamentação

1. Necessidade e Proporcionalidade

- ▶ O governo mexicano criou um programa de proteção a jornalistas em resposta às pressões internacionais.
- ▶ A CIDH recomendou mudanças na legislação sobre crimes contra a imprensa, o que levou à criação de órgãos especializados no país.

2. Base Legal Clara e Transparente

- ▶ Leis contra desinformação devem ser claras, previsíveis e bem definidas para evitar interpretações abusivas por parte do governo.
- ▶ Não pode haver controle arbitrário de informações pelo Estado.

3. Autoridade Independente e Não Política

- O governo mexicano criou um programa de proteção a jornalistas em resposta às pressões internacionais.
- A CIDH recomendou mudanças na legislação sobre crimes contra a imprensa, o que levou à criação de órgãos especializados no país.

4. Não Criminalizar a Desinformação

- A ONU e a CIDH alertam que leis que criminalizam fake news podem ser usadas como pretexto para perseguir opositores políticos.
- O combate deve ser feito por meio de ferramentas educacionais, transparência e checagem de fatos, e não por meio de prisões e censura estatal.

5. Responsabilidade das Plataformas Digitais

- Governos devem incentivar plataformas como Twitter, Facebook e YouTube a adotarem mecanismos de moderação de conteúdo transparentes, sem interferência política.
- Empresas privadas devem estabelecer padrões claros e previsíveis sobre quais conteúdos podem ser removidos.

6. Promoção da Educação Midiática

- A ONU recomenda que governos invistam em programas de educação digital para que a população aprenda a identificar fake news e desinformação sem precisar recorrer à censura.

Possíveis desfechos internacionais do relatório sobre o Brasil

Caso a CIDH reconheça que houve abusos sistemáticos na restrição da liberdade de expressão no Brasil, isso poderá gerar repercussões externas:

1. Inclusão do Brasil em Relatórios Especiais da CIDH

- A CIDH pode inserir o Brasil na lista de países que desrespeitam a liberdade de expressão.

- Isso fragiliza a posição do país em organismos internacionais e pode levar a maior pressão diplomática.

2. Sanções Individuais por Organismos Internacionais

- Precedentes na OEA e ONU:

Em casos graves, autoridades específicas podem ser sancionadas, como já ocorreu com juízes e políticos da Venezuela e Nicarágua.

- Consequências para Alexandre de Moraes e outros ministros do STF:
 - Restrição de vistos e sanções pessoais por parte de países como EUA e UE.
 - Investigação formal da ONU ou da própria OEA, caso a CIDH recomende essa medida.

3. Potencial Ação na Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH)

- A CIDH pode encaminhar o caso para a Corte IDH, alegando que o Brasil violou os artigos 13 (liberdade de expressão) e 8 (garantias judiciais) da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.
- Se isso acontecer e a Corte IDH condenar o Brasil, o país teria a obrigação de cumprir a decisão, podendo ser forçado a modificar suas práticas.

Conclusão

A visita da CIDH ao Brasil evidencia a crescente preocupação internacional com a erosão da liberdade de expressão e o avanço de medidas autoritárias no país. As ações do STF e do TSE, sob o pretexto de combater a desinformação e proteger a ordem democrática, resultaram em censura, bloqueios arbitrários e investigações sem respeito ao devido processo legal, gerando uma crise institucional sem precedentes.

Se confirmadas as denúncias, o relatório da CIDH poderá fortalecer a pressão internacional, levando a possíveis sanções contra autoridades brasileiras e restrições diplomáticas ao país. Diante desse cenário, torna-se fundamental que o Brasil reavalie sua postura diante das garantias fundamentais, sob pena de comprometer sua posição internacional e fragilizar ainda mais o Estado de Direito.

Manifestações dos senadores da oposição:



TORTURADO E MORTO NA PRISÃO:“MI PADRE NO ES CRIMINOSO”-FILHA DE PRESO POLÍTICO DO 8/1 A OEA Eis o vídeo na semana!Dentre todos os comoventes relatos de advogados,familiares e parlamentares q levaram farta documentação das violações aos direitos humanos no Brasil ao relator Pedro Vaca,destaco a fala emocionante de Luiza Cunha [@LuizaDoClezao](#). Ela q é filha de Clériston Cunha (“O Clezão”),preso político morto dentro da prisão,faz um apelo ao relator especial p/ a liberdade de expressão da Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA. Esse é um dos símbolos da crueldade cometida pelo STF,q precisa ser corrigida p/Congresso Nacional c/ a aprovação da Anistia.Paz & Bem.

[Senador Eduardo Girão \(NOVO-CE\)](#)



2 POLÍTICA

Pesquisas de opinião mostram que governo Lula está no caminho errado

Desaprovação de Lula bate recorde e pesquisas mostram descolamento total do governo com os problemas sentidos pela população.

Nos últimos meses, a insatisfação da população com o governo Lula tem crescido de forma constante. Pesquisas recentes revelam que a desaprovação do presidente atingiu patamares recordes, refletindo um descolamento cada vez maior entre a gestão petista e as preocupações reais da população. Enquanto o governo insiste em narrativas que tentam minimizar os problemas sentidos pelos brasileiros, os dados apontam um cenário de crescente descontentamento em diversas áreas, como economia, segurança pública e corrupção.

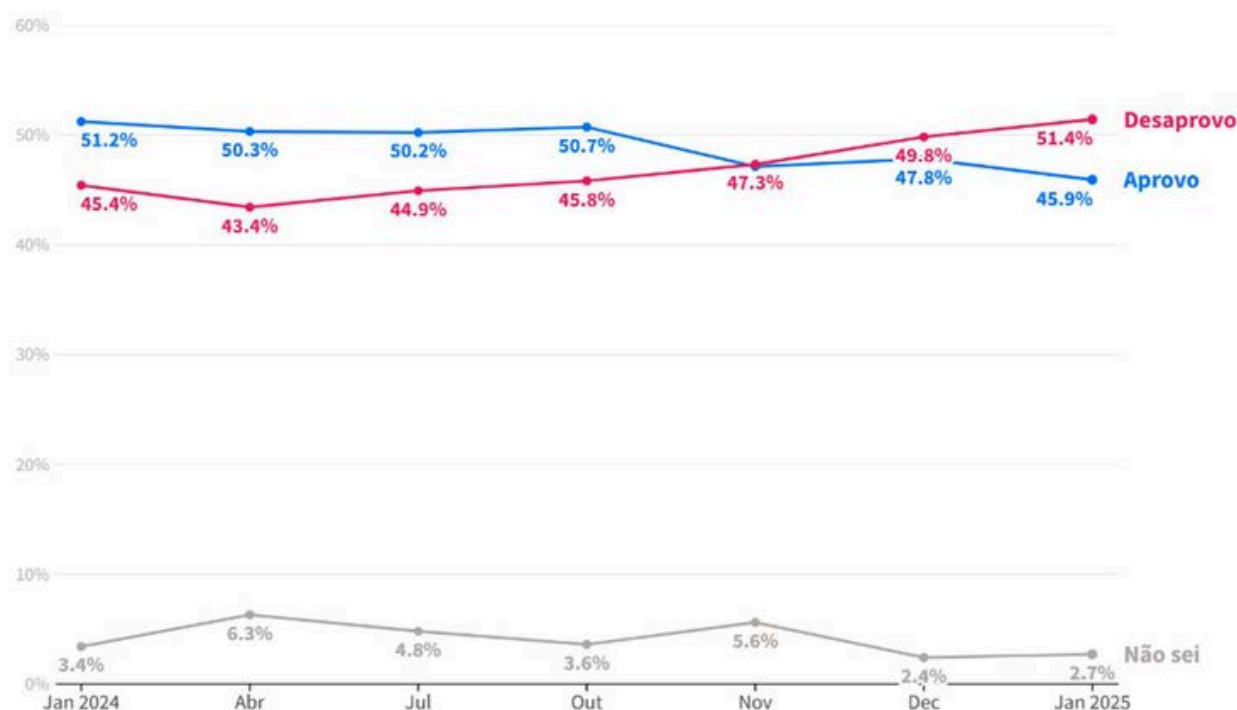


Os números reforçam que não se trata de uma insatisfação isolada ou momentânea. A desaprovação avança entre diferentes faixas de renda, religiões e regiões do país, sinalizando um desgaste estrutural da gestão. Paralelamente, a população identifica problemas urgentes que não encontram resposta por parte do governo, como o aumento da criminalidade, a piora na percepção da corrupção e os desafios econômicos que impactam diretamente o dia a dia dos brasileiros.

Diante desse cenário, este artigo analisa os principais fatores que explicam o declínio da aprovação do governo, contrastando os dados de opinião pública com as ações da atual administração. Os resultados são claros: a insatisfação não se resume a ruídos de comunicação ou manipulação midiática, mas reflete questões concretas que afetam diretamente a vida da população.

Aprovação do governo Lula

Aprovação do Presidente Lula [série temporal]



Fonte: [Pesquisa Latam Pulse](#).

Análise da aprovação:

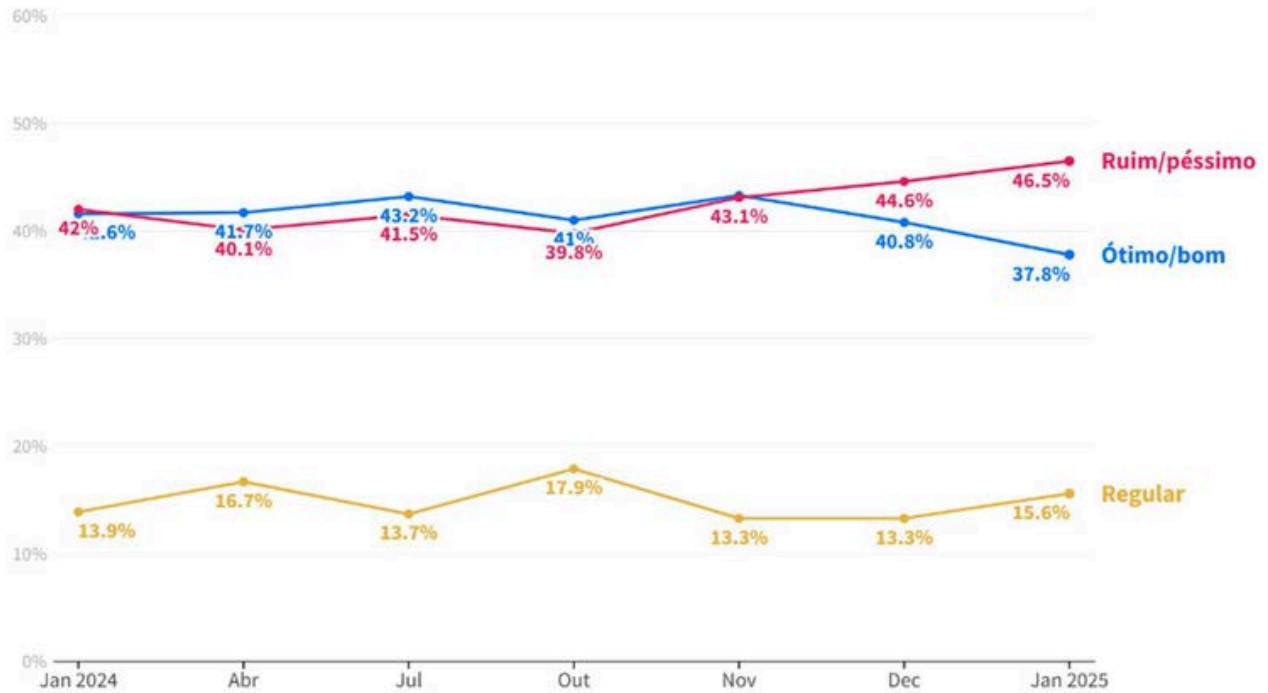
- **No agregado**, a desaprovação do governo já alcançou 51,4%. Mês a mês, pelo menos desde abril de 2024, a desaprovação vem aumentando. Dada a continuidade da piora na aprovação, fica evidente que não são apenas aspectos pontuais que afetam esse indicador.
- **Em termos de religião**, a desaprovação é de 80,1% entre evangélicos e 47,4% para católicos. Por outro lado, a aprovação entre ateus e agnósticos (73,6%) e pessoas de “outras religiões” são mais altas.
- **Considerando a renda**, a desaprovação é alta para pessoas de renda de R\$ 0 a R\$ 2.000 (57,6%) e R\$ 2.000 a R\$ 3.000 (53,2%), o que mostra um distanciamento do governo com a população de menor renda. A maior aprovação é para pessoas de famílias com renda entre R\$ 5.000 e R\$ 10.000.
- **Analisando a aprovação pela faixa etária**, as taxas de desaprovação para pessoas de 16 a 34 anos e de 35 a 44 anos são elevadas – 57,1% e 58%, respectivamente.
- **Geograficamente**, notamos que a região com maior desaprovação proporcional é o centro-oeste (72,6%). A desaprovação é de 52,8% no Sul e de 51,4% no Norte (contra apenas 41,5% de aprovação). No Nordeste e no Sudeste a aprovação e desaprovação são similares (47,8% vs 47,2% e 50,2% vs 48,7%, respectivamente).

Essas respostas, por consequência, influenciam na avaliação do governo. Desde novembro de 2024, o governo viu sua avaliação piorar mês a mês. Na pesquisa de janeiro de 2025, as avaliações “Ruim/péssimo” superaram as avaliações “Ótimo/bom” em quase 10 p.p.

Do ponto de vista da **oposição**, o governo tenta minimizar esses dados atribuindo a queda na aprovação a falhas de comunicação. No entanto, a realidade indica que **os problemas vão muito além da narrativa oficial**. A crise na segurança pública, a inação em áreas críticas como saúde e educação, a elevação da carga tributária, o descontrole das contas públicas, a inflação persistente – especialmente dos alimentos –, o recorde de queimadas, o desgaste causado pela tentativa de monitorar transações via Pix e o uso político das estatais são fatores concretos que impactam negativamente a vida dos brasileiros. **Não há comunicação que supere a realidade.**

Avaliação do Governo Lula

[série temporal]



Fonte: [Pesquisa Latam Pulse](#).

Essa avaliação negativa também se refletiu na [pesquisa Datafolha](#), como se mostra abaixo. Na pesquisa em questão, a aprovação caiu 11p.p. em apenas dois meses. A aprovação do presidente é de apenas 24%, contra 41% de reprovação. O gráfico abaixo mostra essa queda na popularidade do presidente:

Parcela dos que avaliam o governo Lula como ótimo ou bom cai de 35% para 24%

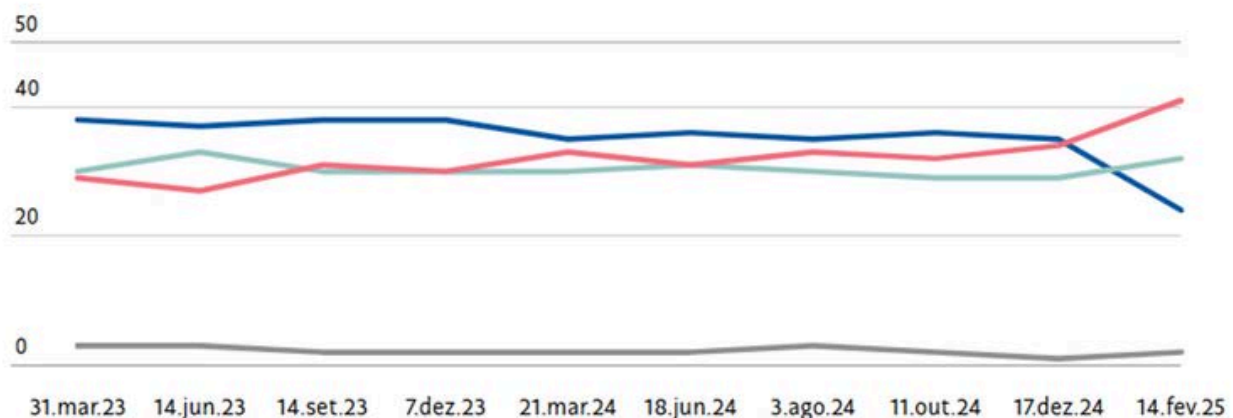
Em %

■ Ruim/péssimo

■ Regular

■ Ótimo/bom

■ Não sabem



Fonte: Pesquisa Datafolha realizada presencialmente com 2.007 pessoas de 16 anos ou mais em 10 e 11.fev; a margem de erro é de 2 pontos percentuais

Fonte: [Pesquisa Datafolha](#).

Desconexão do governo com os problemas percebidos pela população

A pesquisa **Atlas Latam Pulse** revelou quais são os principais problemas do Brasil na percepção da população. Os resultados deixam evidente um distanciamento entre as prioridades do governo e as preocupações reais dos brasileiros.

Maiores problemas do Brasil

Quais são na sua opinião os maiores problemas do Brasil hoje em dia?
(escolhe até 3 da seguinte lista)



Fonte: [Pesquisa Latam Pulse](#).

O maior problema apontado pelos entrevistados é a **criminalidade e o tráfico de drogas**, citado por **57,8%** da população. Apesar do avanço da violência, o governo tem priorizado medidas como o projeto [Pena Justa](#), que busca melhorias no sistema prisional e criação de cotas para detentos em obras do PAC, mas ignora a escalada do crime organizado e a sensação de insegurança crescente. Essa abordagem gera críticas, pois desconsidera o impacto direto da violência na vida dos cidadãos. A postura do governo nesse tema resgata [declarações controversas do presidente](#) que mostram total reversão de valores, como a feita em 2019:

“Não posso ver mais jovem de 14 e 15 anos assaltando e sendo violentado, assassinado pela polícia, às vezes inocente ou às vezes porque roubou um celular.”

Presidente Lula

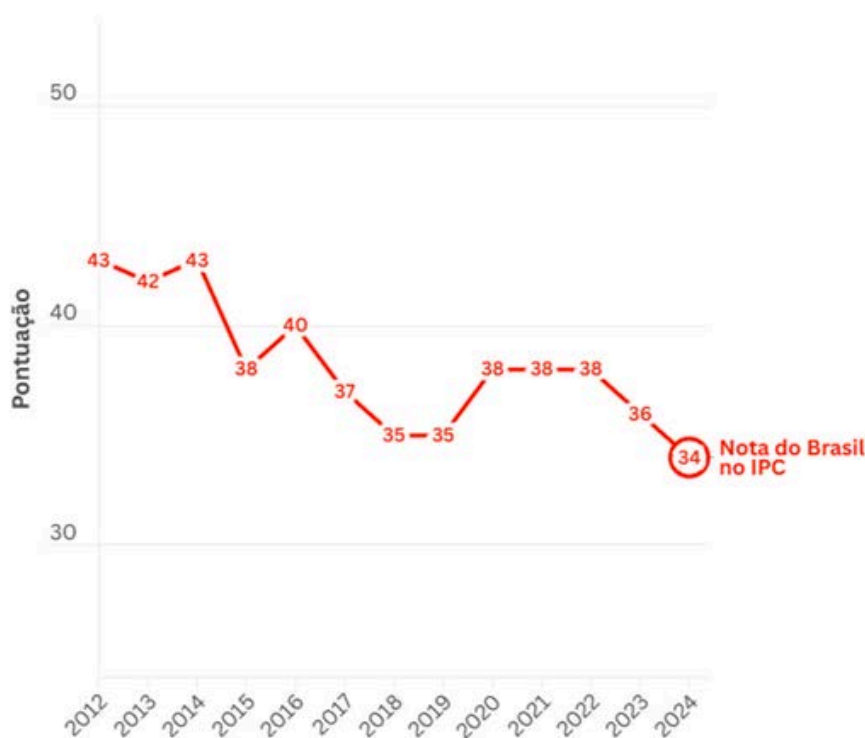


O cruel assassinato [do ciclista Vitor Medrado em um roubo de celular](#) mostra como essa fala é absolutamente insensível e desconectada da realidade vivida pela população. A violência vivida pela população é constantemente minimizada pela atual gestão, sendo sempre jogada como tema secundário nas prioridades do governo.

Outro grande problema identificado pela pesquisa é a **corrupção**, apontada por quase metade dos entrevistados. Desde o início do atual governo, a percepção de corrupção tem se deteriorado, como refletido na queda do Brasil no **Índice de Percepção da Corrupção (IPC)**, produzido pela **Transparência Internacional**.

Esse aumento da percepção de corrupção está associado com fatos palpáveis pela população, [como a redução dos condenados por corrupção no país](#). A reação do governo a essa piora também preocupa. Após a divulgação do índice, a presidente do PT tentou “matar o mensageiro” ao criar [fake news](#) sobre a Transparência Internacional, enquanto o Ministro da CGU chamou o índice de “[conversa de boteco](#)”. Esse descompromisso com a integridade institucional não passa despercebido pela população.

Histórico do Índice de Percepção da Corrupção



Fonte: [Transparência Internacional](#).

“Em 2024, o Brasil falhou, mais uma vez, em reverter a trajetória dos últimos anos de desmonte da luta contra a corrupção. Ao contrário, o que se viu foi o avanço do processo de captura do Estado pela corrupção. A principal evidência de que estamos entrando no estágio avançado desse processo vai se tornando clara: a presença cada vez maior e explícita do crime organizado nas instituições estatais, que anda de mãos dadas com a corrupção. Não surpreende, portanto, o resultado do Brasil no IPC 2024 ser o pior da sua série histórica. É fundamental que isso soe como um alarme, para que a sociedade e as instituições brasileiras ajam contra esse processo de captura do Estado, que a cada dia se torna mais difícil de reverter.”



Bruno Bradão, diretor-executivo da transparência internacional

O terceiro tema mais citado pelos entrevistados foi a **economia e a inflação**. A política fiscal expansionista do governo tem sido alvo de críticas constantes pela oposição e por especialistas da área, pois impulsiona a dívida pública e pressiona os juros, dificultando o crescimento sustentado. Embora o desempenho econômico de 2023 e 2024 tenha sido impulsionado por fatores temporários, especialistas alertam que, sem um compromisso real com a estabilidade macroeconômica, o país pode enfrentar um cenário de deterioração econômica nos próximos anos.

No que diz respeito à **inflação**, os dados indicam que o Brasil está **acima do teto da meta** e que a meta deverá ser descumprida pelo menos até junho, de acordo com o presidente do Banco Central, **Gabriel Galípolo**. Enquanto isso, os brasileiros sentem os impactos diretos no custo de vida, especialmente nos preços dos alimentos e de serviços essenciais. A inflação elevada, combinada com juros altos, reduz o poder de compra da população e compromete o crescimento do consumo e do investimento.

Outro ponto crítico levantado pela pesquisa é o **extremismo e a polarização política**, citado por **21,2%** dos entrevistados. O governo tem sido acusado de alimentar a polarização por meio de medidas como tentativas de **censura em redes sociais**, regulamentação do discurso público e a insistência em culpar gestões passadas pelos problemas atuais. Essa postura não contribui para um ambiente político mais estável e colabora para a percepção de que há uma tentativa deliberada de controlar a narrativa pública.

A **degradação do meio ambiente e o aquecimento global** também foram citados como preocupações, o que não surpreende diante do **recorde de queimadas** registrado no país. Embora o governo afirme ter compromisso com a pauta ambiental, os dados indicam um enfraquecimento das ações de fiscalização e contenção do desmatamento ilegal.

Por outro lado, **infraestrutura e obras públicas** não aparecem entre os principais problemas citados pela população. Isso pode estar relacionado ao aumento dos investimentos no setor por meio do **Novo PAC**. No entanto, há críticas à forma como os recursos estão sendo gerenciados. Muitos projetos têm sido fragmentados em **PACs setoriais**, e o país segue com **um aumento expressivo de obras paradas**, elevando os gastos públicos sem garantir eficiência na entrega dos investimentos.

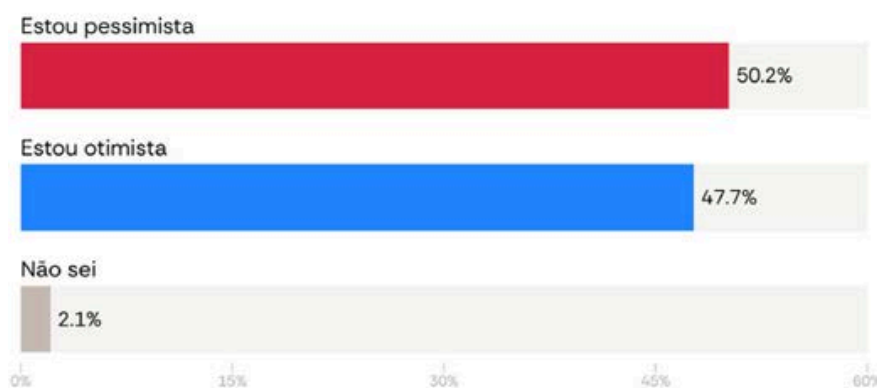
Os resultados da pesquisa Atlas Latam Pulse deixam claro que há uma desconexão evidente entre as ações do governo e as preocupações da população. Enquanto questões como criminalidade, corrupção e inflação ganham cada vez mais relevância para os brasileiros, o governo prioriza pautas que não respondem a essas demandas urgentes, aprofundando o descontentamento e a deterioração da sua avaliação.

Visão da população sobre a economia

A percepção da população sobre a economia brasileira está cada vez mais negativa. Além dos pontos específicos, isso mostra que o pessimismo com os rumos do país não se resume aos “agentes do mercado financeiro”, por exemplo. Esse fenômeno está generalizado na população, que vê aumento de carga tributária, dívida pública, inflação e juros.

Considerando esse contexto, analisamos as seguintes perguntas feitas na pesquisa Latam Pulse:

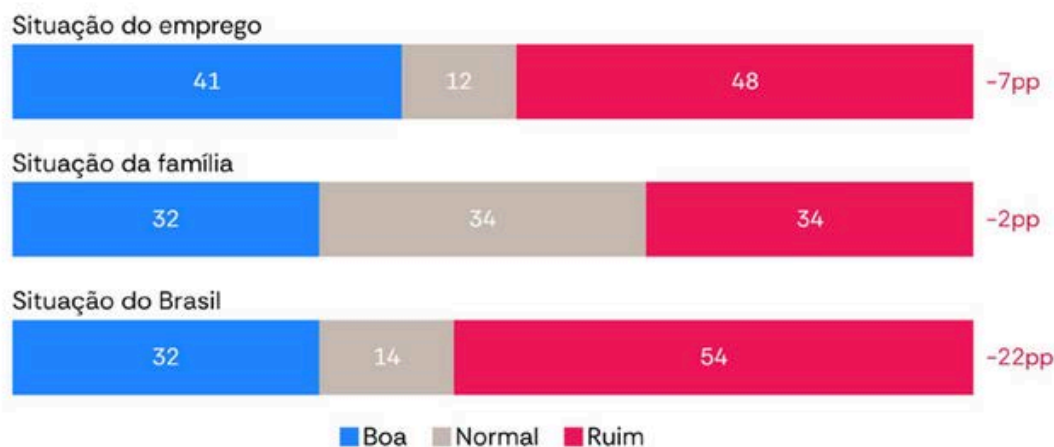
Você está otimista ou pessimista sobre o crescimento econômico do Brasil em 2025?



Fonte: [Pesquisa Latam Pulse](#).

Situação econômica

Como você avalia a situação econômica do Brasil e o mercado de trabalho neste momento?
E como você avalia a situação econômica da sua família?



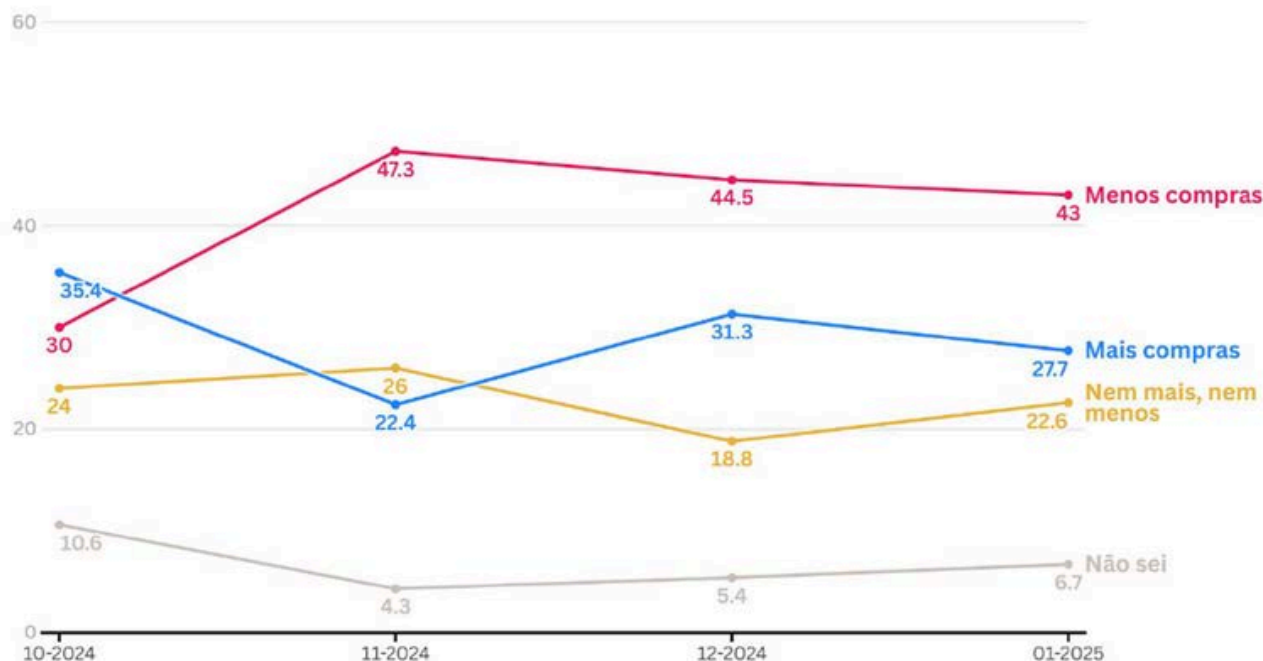
Fonte: [Pesquisa Latam Pulse](#).

Em termos de pessimismo sobre a economia, vemos que a maior parte dos entrevistados estão pessimistas. Na visão da população, **a situação econômica do país piorou em 22p.p.** Reforçando isso, apenas um terço dos brasileiros veem a situação econômica de suas famílias como boa e quase metade vê a situação de emprego como ruim.

Esse resultado impacta na intenção das pessoas em gastar mais. A intenção de compras de bens duráveis continua em patamar baixo, enquanto 43% dos entrevistados mantêm a visão de que comprarão menos bens duráveis no futuro. Mesmo assim, o governo vem tentando dobrar a aposta no consumo ao ampliar o crédito, o que resultará em maior endividamento das famílias.



Intenção de compra de bens duráveis



Fonte: [Pesquisa Latam Pulse](#).

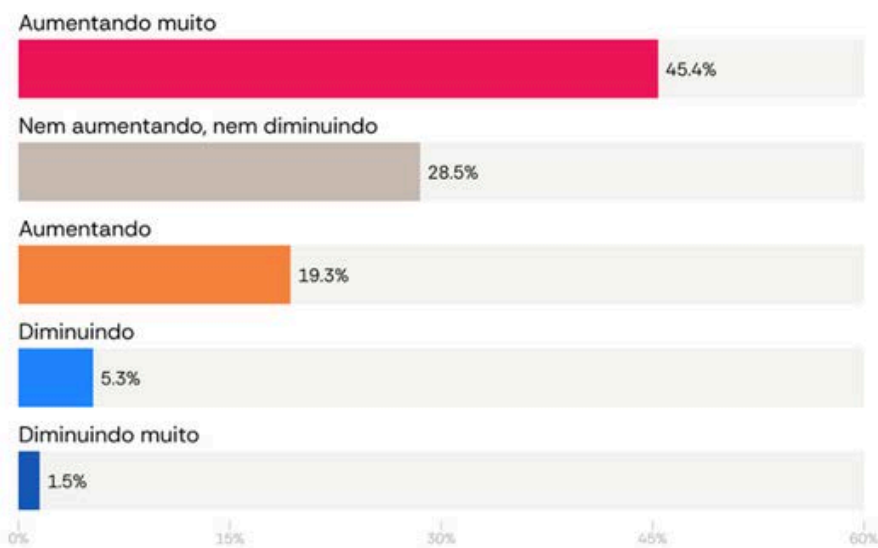
A carga tributária é um dos temas mais sensíveis para a população, e a percepção majoritária é de que os impostos estão aumentando. De acordo com a pesquisa, 45,4% dos entrevistados acreditam que a carga tributária está "aumentando muito", enquanto outros 19,3% também percebem um aumento. Com isso, chega-se a um total de 64,7% da população que sente um crescimento da carga de impostos nos últimos anos.

Por outro lado, apenas 6,8% dos entrevistados afirmam que a carga tributária está diminuindo (5,3% que apontam uma redução e apenas 1,5% que consideram que está "diminuindo muito"). Já 28,5% acreditam que não há mudança significativa. Esse contraste indica que a narrativa de que não há aumento de impostos é totalmente inverídica.

Além disso, os números reforçam uma realidade observada na arrecadação federal, que teve um crescimento real de cerca de 10%. Isso se reflete diretamente no peso dos tributos sobre empresas e cidadãos.

O aumento da arrecadação não está sendo percebido como um alívio para as camadas mais pobres, como frequentemente é divulgado pelo governo. Se esse fosse o caso, esperar-se-ia uma proporção maior de entrevistados sentindo uma redução na carga tributária, o que claramente não ocorre.

Para você, a carga tributária está aumentando ou diminuindo nos últimos anos?



Fonte: [Pesquisa Latam Pulse](#).



3

RELAÇÕES
INTERNACIONAIS

O Papel da USAid no Financiamento de Mídias e Movimentos Políticos Anti-Direita no Brasil

Denúncias recentes indicam que a USAID teria influenciado politicamente países soberanos, incluindo o Brasil, ao financiar ONGs e veículos de mídia alinhados aos valores woke do partido Democrata norte-americano.

Análise

- O pesquisador e ex-funcionário do Departamento de Estado dos EUA, Mike Benz, [denunciou a USAID \(Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional\)](#), por atuar como ferramenta de influência política e eleitoral em países soberanos, incluindo o Brasil.



- Bens afirmou que a agência financia ONGs, veículos de mídia e movimentos políticos alinhados aos interesses do *establishment* americano, minando governos e candidatos que não se alinham a essa agenda. Segundo Benz, a USAID usou milhões de dólares para pressionar o Congresso brasileiro a aprovar leis contra a desinformação e financiar advogados para censurar Bolsonaro por intermédio do TSE.
- Na mesma linha, Elon Musk, diretor do Departamento de Eficiência Governamental (DOGE) do governo do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, afirmou que o **“deep state” dos EUA financiou a vitória de Lula sobre Bolsonaro em 2022.**
- O termo *“deep state”* é utilizado para descrever uma suposta rede de poder que operaria de forma paralela ao governo. A USAid, a agência americana de ajuda externa mencionada nas discussões, tem sido **alvo de críticas por parte do governo Trump**, que acusa a entidade de ter viés ideológico em suas ações. Em 2023, a USAid destinou US\$ 40 bilhões para projetos em diversos países.
- **Em nota**, Eduardo Bolsonaro cobra uma investigação do Congresso Nacional sobre entidades ligadas à USAID, alegando possível interferência externa que comprometeria a soberania e a segurança institucional do Brasil.

"Diante dessas revelações, é fundamental que o Congresso Nacional e demais instituições competentes investiguem o financiamento e a atuação dessas organizações em território brasileiro. Transparência e soberania não podem ser negociadas. Além disso, é necessário que o Itamaraty e os órgãos de inteligência avaliem os riscos dessa interferência para a segurança institucional e política do Brasil.

O Brasil precisa reagir a essa ingerência que compromete sua soberania. Minha equipe já está preparando requerimentos de informação ao MRE e ao TSE, a fim de esclarecer o financiamento dessas entidades no país. Além disso, denúncias formais serão apresentadas à PGR para que sejam tomadas as medidas cabíveis”.

Deputado Eduardo Bolsonaro (PL-RJ).



- Dado esse contexto, é importante ressaltar o papel dos intermediários nesse processo descrito pelo deputado, que são as organizações que recebem repasses da USAID. A complexidade dessa rede de intermediários reforça a necessidade de uma investigação detalhada e transparente.
- Para ilustrar, o [International Fund for Public Interest Media \(IFPIM\)](#) **recebeu apoio financeiro da USAID** e foi politicamente apoiado por Joe Biden e Emmanuel Macron, cujas declarações transcrevemos e traduzimos abaixo.

"Uma mídia livre e independente é a base da democracia. E, em todo o mundo, a liberdade de imprensa está sob ameaça. Estamos comprometendo recursos iniciais essenciais para lançar um novo esforço multilateral, um Fundo Internacional para Mídia de Interesse Público, para sustentar a mídia independente."



[Joe Biden, à época presidente dos Estados Unidos](#), falando sobre o IFPIM.



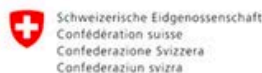
"Sou a favor de a França fornecer apoio financeiro ao Fundo e também ficarei feliz em convocar outros países como parte da Parceria sobre Informação e Democracia para apoiar o Fundo."

[Emmanuel Macron, presidente da França](#) falando sobre o IFPIM.



Founders & funders

The International Fund for Public Interest Media is an independent fund made possible by the generous financial support of the donors below, including the Organisation internationale de la Francophonie. To date, the International Fund has mobilized nearly \$50 million USD in financial support for its scale-up and launch.

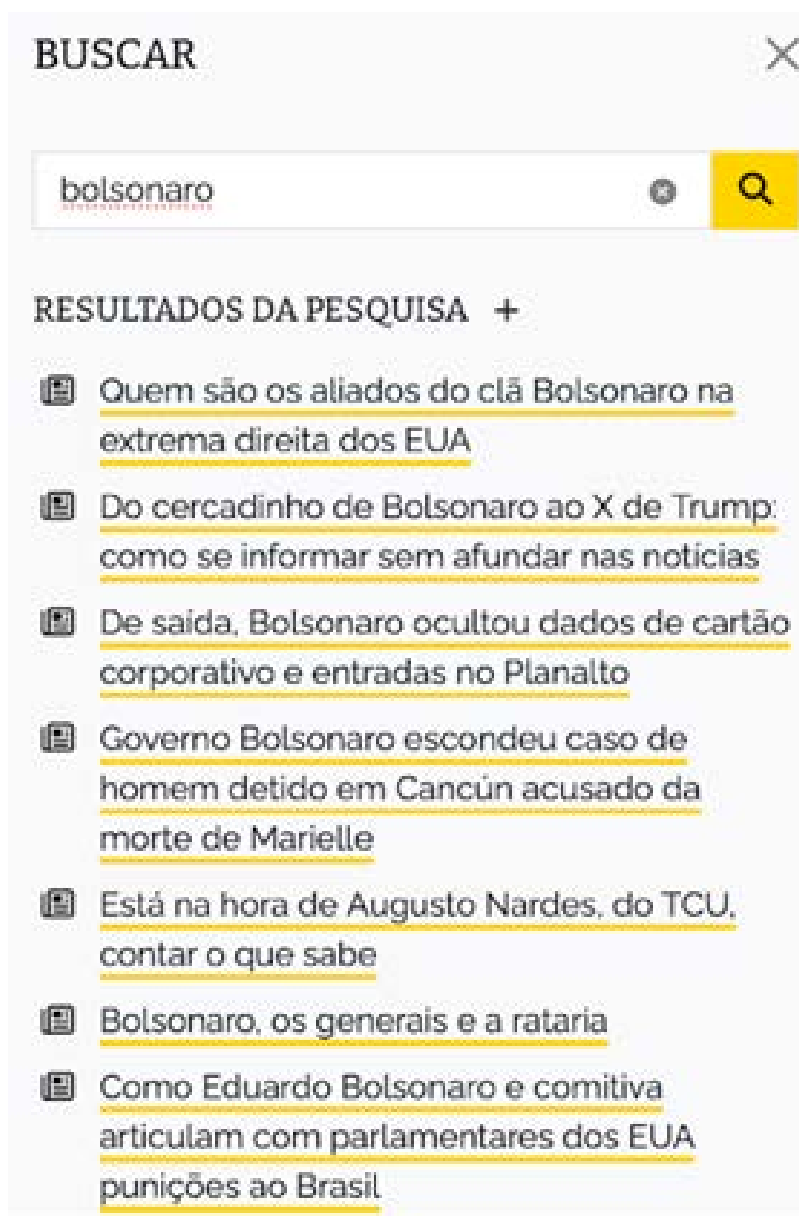


- Em 2022, no Brasil, o IFPIM repassou US\$ 299.700 a veículos como [Nexo e Marco Zero Conteúdo](#). O Marco Zero Conteúdo, em suas colunas, apresenta temas como a apologia à liberação do [aborto](#) e das [drogas](#), entre outras pautas woke¹. Ocupa-se também de críticas restritas a políticos não alinhados à esquerda, como a [governadora Raquel Lyra \(PSDB/PE\)](#) e o [ex-presidente Jair Bolsonaro \(PL/RJ\)](#), olvidando o endereçamento imparcial necessário à cobertura de ações governamentais.
- **Consideramos bastante controverso que um governo estrangeiro tenha financiado, ainda que indiretamente, veículos de comunicação brasileiros que endereçam posições críticas exclusivas à política de direita, o que pode ser interpretado como uma interferência política indevida.**
- Em 2023, o [IFPIM investiu](#) em um Fundo de Jornalismo a ser mantido pelo Instituto Incube, com apoio da Associação de Jornalismo Digital (Ajour). Consultando o site da Ajour com o intuito de verificar potenciais favorecidos, observa-se a associação prevalente de veículos ligados à esquerda brasileira, com destaque para a [Carta Capital](#) e o [Intercept Brasil](#).
- Em 2024, a [IFPIM favoreceu](#) a Agência Pública, que se define como uma organização de **jornalismo investigativo imparcial**, voltada à apuração de fatos, defesa dos direitos humanos e **investigação de governos**, empresas e do Judiciário, além da violência contra populações vulneráveis.

¹ O movimento woke, inicialmente voltado para a luta contra desigualdades, se perdeu em um ativismo excessivo e polarizador, que, em vez de promover a inclusão, resultou em censura de opiniões contrárias e na imposição de narrativas unilaterais.

- Não obstante, uma consulta ao portal revela enviesamento que compromete a imparcialidade do veículo, considerando que opta por investigar rigorosamente a política de direita, enquanto a esquerda é retratada com amenidades e suporte comunicacional.
- Exemplificando, os resultados de buscas relacionadas ao ex-presidente Bolsonaro apresentam matérias cujo teor crítico é patente e alinhado com as narrativas sustentadas por políticos de esquerda. Em contrapartida, ao se buscar notícias acerca de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, observa-se a ausência de qualquer referência crítica ou investigação, limitando-se à condescendência.

Busca de notícias sobre Bolsonaro, usando o termo “bolsonaro”:





The image shows a search engine interface with the word "BUSCAR" at the top left and a search bar containing the text "bolsonaro". Below the search bar, there is a list of search results under the heading "RESULTADOS DA PESQUISA +". Each result is preceded by a document icon and has its title underlined in yellow. The results are as follows:









- Quem são os aliados do clã Bolsonaro na extrema direita dos EUA
- Do cercadinho de Bolsonaro ao X de Trump: como se informar sem afundar nas notícias
- De saída, Bolsonaro ocultou dados de cartão corporativo e entradas no Planalto
- Governo Bolsonaro escondeu caso de homem detido em Cancún acusado da morte de Marielle
- Está na hora de Augusto Nardes, do TCU, contar o que sabe
- Bolsonaro, os generais e a rataria
- Como Eduardo Bolsonaro e comitiva articulam com parlamentares dos EUA punições ao Brasil

Busca de notícias sobre Lula, usando o termo “lula”.

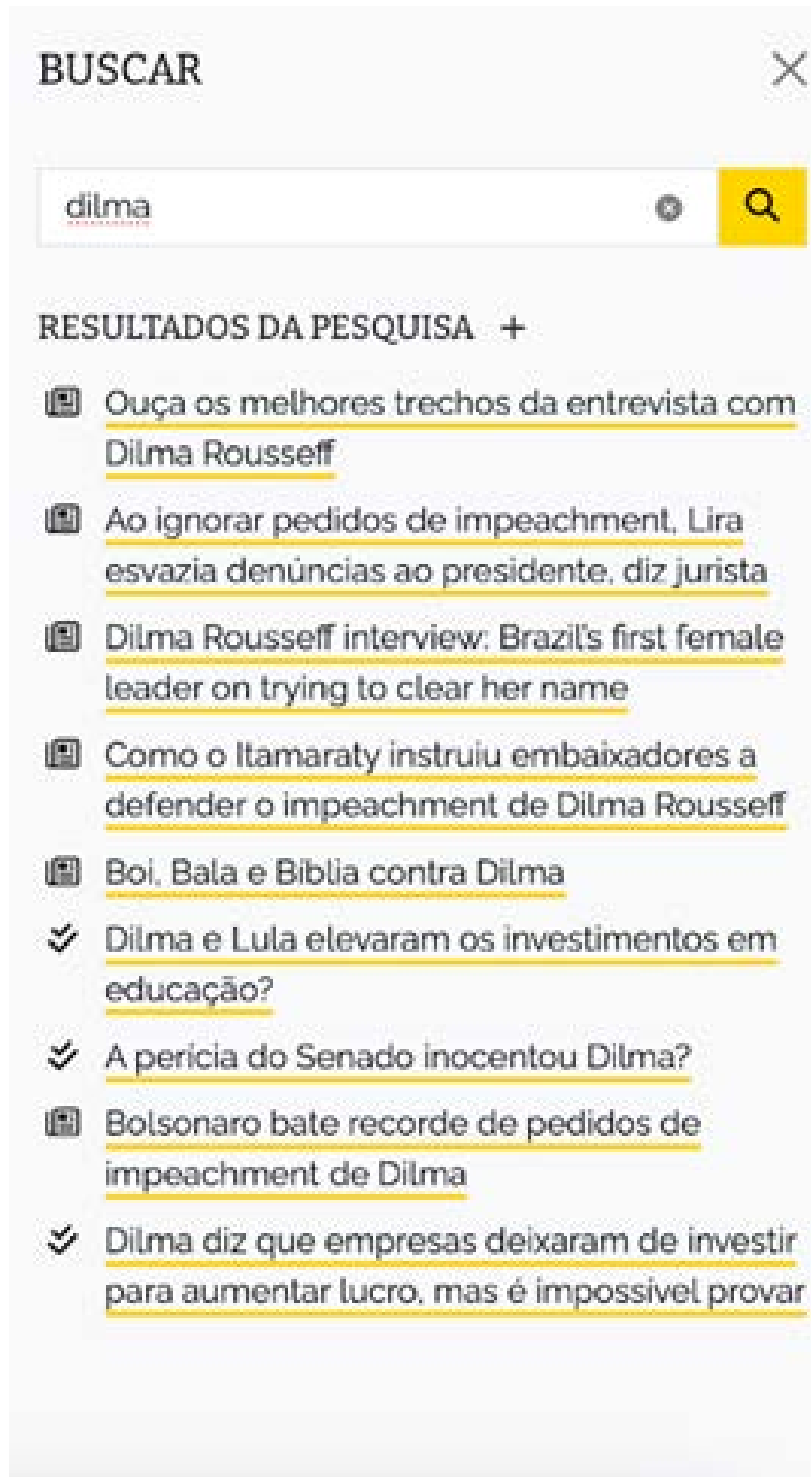
BUSCAR



RESULTADOS DA PESQUISA +

-  Sem anistia: em ato de 2 anos do 8/1, militância pede responsabilização de golpistas
-  Lula sanciona restrição a celulares nas escolas e governo começa a promover mudanças
-  Semana tem reta final do ano no Congresso, Lula de volta a Brasília e orçamento 2025
-  Prefeitos se reúnem com Lula em Brasília e Senado apresenta relatório sobre bets
-  Semana tem Lula e crise climática na ONU e STF com o marco temporal
-  COP30: Decisão de Lula para presidência da cúpula reforça aposta no clima frente a Trump
-  Dois anos de mandato: como está o governo Lula? - com Miguel Lago
-  Governo Lula não faz política para ambiente de comunicação de hoje, diz Miguel Lago

Busca de notícias sobre Dilma Rousseff, usando o termo “dilma”.



- Ademais, cabe também um escrutínio detalhado sobre as interações entre a USAid e o [Tribunal Superior Eleitoral](#), por intermédio da [International Foundation for Electoral Systems \(IFES\)](#), assim como outras ações dessa entidade no Brasil. A IFES, financiada pela USAID e outras agências dos EUA, assumiu um papel central nas atividades de cooperação internacional sobre a temática eleitoral, com [influência direta sobre a atuação do TSE, por meio de parceria formal](#).

- O **TSE, juntamente com a IFES**, colaborou na elaboração do "**Guia de Combate à Desinformação**", que contou com a participação de organizações como o Consórcio para Eleições e Fortalecimento do Processo Político (CEPPS).
- Naquela ocasião, autoridades do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) proferiram declarações controversas, especialmente no que tange à constituição de uma força-tarefa multisetorial com considerável autonomia para o que foi denominado "combate à desinformação".

"Aqui, tudo foi feito a partir do gabinete do presidente, a quem essa equipe deveria reportar diretamente. Isso torna o processo mais ágil e evita a burocracia".

José Gilberto Scandiucci Filho, assessor-chefe de Assuntos Internacionais e Cerimonial (AIC), falando de equipe que atuaria para controlar a disseminação de notícias falsas.



- É imperativo destacar que o excesso de autonomia e a ausência de plena transparência nas ações implementadas por equipes com essa finalidade configura uma ameaça potencial à liberdade de expressão, pois pode culminar em práticas de perseguição de caráter político. Porém, à época, a iniciativa foi divulgada como um "exemplo" a ser seguido por outros países.
- Além disso, o **IFES firmou memorando de entendimento com o TSE, representado pelo ministro Alexandre de Moraes**. O objetivo seria aprimorar o sistema eleitoral brasileiro e promover uma democracia participativa e inclusiva, em consonância com a Constituição e a legislação eleitoral.
- Por fim, a entidade foi responsável pelo direcionamento de recursos para *think tanks* com viés de esquerda no Brasil para que realizassem pesquisas relacionadas à temática eleitoral. De acordo com a apuração **do jornalista Cláudio Dantas**, a IFES contratou o Internetlab, um grupo de especialistas notoriamente alinhados a posições de esquerda.
- **O projeto firmado tinha por objeto o estudo** da "dinâmica da campanha permanente em grupos extremistas no Telegram", com a justificativa de preencher uma alegada lacuna na compreensão das campanhas políticas em aplicativos de mensagens.

- Nesse sentido, reiteramos a necessidade de uma análise detalhada da atuação da referida entidade no contexto eleitoral brasileiro, com especial atenção a sua relação com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e suas autoridades, bem como ao direcionamento de recursos a entidades brasileiras.
- **Tal avaliação é imperativa diante da existência de financiamento externo proveniente de agência governamental estrangeira, com potencial de exercer influência em ações e percepções sobre o ambiente político nacional. Consideramos que há indícios de que essas ações conflitem com o art. 4º de nossa Carta Magna e, por isso, devem ser investigadas com maior rigor.**

“Art. 4º A República Federativa do Brasil rege-se nas suas relações internacionais pelos seguintes princípios:

I - independência nacional; [...]

III - autodeterminação dos povos;

IV - não-intervenção;

V - igualdade entre os Estados”.

Manifestações dos senadores da oposição



PRÓ-LULA? EX SEC. DE TRUMP AFIRMA Q ELEIÇÕES BRASILEIRAS DE 2022 FORAM INFLUENCIADAS P/ EUA Perseguição implacável aos conservadores! Acabei de representar junto ao Ministério das relações exteriores do Brasil uma solicitação imediata de informações s/ o escândalo do USAID. Pedi esclarecimento s/ uma eventual participação da Agência dos Estados Unidos p/ o desenvolvimento internacional (USAID), em ações visando influir diretamente s/ o resultado das últimas eleições presidenciais brasileiras - através tbém do financiamento de ONG's brasileiras - conforme graves denúncias feitas p/ Michael Benz, ex-dirigente do Departamento de Estado Norte Americano. Também estamos estudando uma CPI - Comissão Parlamentar de Inquérito no [@senadofederal](#), assim como Deputados de oposição tem se movimentado na [@camaradeputados](#)! Paz & Bem.

[Senador Eduardo Girão \(Novo/CE\)](#).



“Se a USAID não existisse, [@jairbolsonaro](#) ainda seria o presidente do Brasil e o Brasil ainda teria uma internet livre e aberta.” Foi que afirmou o norte-americano [@MikeBenzCyber](#), que foi chefe da divisão de informática do Departamento de Estado durante o primeiro governo [@realDonaldTrump](#), revelou como foi instituído um “tribunal da censura” contra o então presidente Jair Bolsonaro. Segundo Benz, o “Complexo Industrial da Censura”, como chama o aparato de manipulação da internet montado pelo Pentágono e pelo Departamento de Estado, foi criado para influenciar a queda do governo da Ucrânia, em 2014. Na ocasião, cerca de R\$ 30,5 bilhões foram investidos pelos EUA nos veículos de comunicação social do país. Com a alegação de “combater a desinformação”, o complexo atacou a imagem de líderes supostamente extremistas e populistas, muitas vezes através de fake news. Apenas duas semanas depois da eleição de Jair Bolsonaro, em 2018, organizações não governamentais (ONGs) como o Atlantic Council convocaram reuniões para discutir o resultado do pleito brasileiro. Para eles, Bolsonaro só venceu por causa das mídias sociais, especialmente os chats criptografados de ponta a ponta como WhatsApp e Telegram. Assim, era preciso emperrar a administração de Bolsonaro e impedi-lo de ser reeleito, por meio da criação de uma infraestrutura de censura no Brasil “poderosa e institucionalmente tão ampla e profunda quanto nosso trabalho diplomático oficial”. Um dos órgãos integrantes do complexo da censura é a organização Design for Democracy, que passou a cooperar com ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal. O juiz é o relator do inquérito das fake news na Corte. A imprensa do Brasil também foi afetada, de acordo com o norte-americano. “Eles financiaram grupos de mídia brasileiros com milhões de dólares para que promovessem a censura na internet e a proibição de qualquer conteúdo pró-Bolsonaro nas mídias sociais ou em chatscriptografados de ponta a ponta.” Ainda segundo ele, foram investidos milhões de dólares na Internews, organização sem fins lucrativos de apoio à mídia que atua em mais de cem países por meio do treinamento de jornalistas. No Brasil, foram promovidos programas de alfabetização midiática e “programas de integridade da informação”, inclusive em parceria com a Rede Globo. A derrota de Bolsonaro em 2022 se assemelha à de Donald Trump em 2020. Para Benz, o empresário norte-americano só perdeu a tentativa de se reeleger porque “foi censurado até o esquecimento” pelo governo dos Estados Unidos, com “redes de ONGs e grupos de fachada do Pentágono para censurar praticamente todas as narrativas do lado dele”.

[Senador Flávio Bolsonaro \(PL/RJ\).](#)



“USAID: o primeiro escândalo exposto pelo DOGE que revela o modus operandi do deep state americano internacionalmente. Os mesmos financiadores dos Hamas, dos veículos de Comunicação de esquerda mundo afora, do Guerra da Ucrânia (dentre muitos outros exemplos) também financiaram o inferno da desinformação, da agenda woke e da censura no Brasil.”

Senador Jorge Seif (PL/SC).





TRANSPARÊNCIA E GOVERNANÇA

Governo quer usar bônus destinado a consumidores de menor renda para pagar rombo de Itaipu causado pelo MME

Novamente, o PT busca solução para prejudicar primeiro os mais pobres. O Ministério de Minas e Energia tenta cobrir seu erro de cálculo no acordo Brasil-Paraguai sobre Itaipu usando o “Bônus de Itaipu”, medida que prejudica diretamente o direito de desconto dos consumidores de menor renda. Enquanto isso, os gastos socioambientais controversos seguem elevados e sem transparência, beneficiando aliados políticos e onerando as contas de energia dos brasileiros.

Análise

- O governo federal, ao preparar um decreto para cobrir US\$ 121 milhões da tarifa de Itaipu e evitar um aumento na conta de luz, expõe mais uma vez sua tendência de adotar soluções improvisadas em detrimento de um planejamento energético sólido.



- Segundo o diretor da Aneel, Fernando Mosna, o erro de cálculo foi uma ["derrapada" do Ministério de Minas e Energia](#). A medida corrige o equívoco no cálculo realizado pelo MME na renegociação do acordo Brasil-Paraguai em 2024, que gerou um descompasso entre os custos e receitas previstos.
- **Sem o aporte, a Aneel estima que a conta de luz suba 5,99%, agravando a inflação, o que seria altamente indesejável diante do cenário inflacionário no Brasil.**
- **Para contornar o impasse que criou, o MME propõe utilizar o “Bônus de Itaipu”, originalmente destinado a beneficiar com descontos os consumidores de menor consumo. Estima-se que essa medida favorecerá, principalmente, residências e propriedades rurais que tenham registrado consumo inferior a 350 kWh/mês, conforme previsto no art. 21 da Lei nº 10.438/2002 e os arts. 15, 18 e 19 do Decreto nº 4.550/2002.**

"Art. 21. Parcela do resultado da comercialização de energia de Itaipu será destinada, mediante rateio proporcional ao consumo individual e crédito do "bônus" nas contas de energia, aos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado integrantes das Classes Residencial e Rural, com consumo mensal inferior a 350 kWh, nos termos de regulamentação do Poder Executivo".

[Lei nº 10.438/2002.](#)

"Art. 15. O resultado da conta de que trata o art. 14 terá a seguinte destinação:

I - se positivo, será destinado, conforme periodicidade estabelecida pela Aneel, mediante rateio proporcional ao consumo individual e crédito de bônus, de que trata o art. 21 da Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, nas contas de energia, aos consumidores do Sistema Elétrico Nacional Interligado, integrantes das classes residencial e rural, cujo consumo mensal seja inferior a 350 kWh; e

II - se negativo, será incorporado pela Aneel no cálculo da tarifa de repasse de potência contratada do ano subsequente à formação do resultado.

Parágrafo único. Para fins de incorporação do saldo da conta no cálculo da tarifa de repasse de potência, a Aneel poderá utilizar estimativa, elaborada com base em saldo parcial constatado em 31 de outubro de cada ano, sem prejuízo de posterior ajuste.

Art. 18. Caberá à Aneel a regulamentação do bônus de que trata o art. 21 da Lei nº 10.438, de 2002, a ser pago aos consumidores, especificada a forma de:

- I - cálculo do bônus a que cada consumidor terá direito;
- II - crédito nas contas de energia elétrica dos consumidores; e
- III - cálculo do montante de recursos a ser transferido e do repasse pela ENBPar para cada concessionária de distribuição de energia elétrica para pagamento do bônus.

Art. 19. A Aneel fiscalizará a transferência dos valores e do crédito do bônus de que trata o art. 18".

[Decreto nº 11.027/2022](#).

- A medida foi criticada por representantes dos consumidores de energia e especialistas, que a veem como um novo ataque do governo à modicidade tarifária e aos consumidores de energia no Brasil, que pagam a conta da ingerência em Itaipu.



“Usar o chamado Bônus de Itaipu para resolver os atuais problemas detectados pela Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) com relação à conta de comercialização da hidrelétrica será mais uma agressão aos consumidores brasileiros”.

[Luiz Eduardo Barata, presidente da Frente Nacional dos Consumidores de Energia, em entrevista ao Valor](#).

- Ademais, especialistas consideram que o Ministério de Minas e Energia excedeu suas atribuições ao firmar o acordo responsável pelo erro de cálculo em questão, usurpando a competência do Congresso Nacional.
- [Em nota técnica](#), a Academia Nacional de Engenharia (ANE) reforça que o acordo pode ser contestado com fundamento mais sólido, pois viola o artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, que reserva ao Congresso a exclusividade na aprovação de tratados, acordos ou atos internacionais que gerem encargos ou compromissos onerosos ao patrimônio nacional, o que nos parece ser o caso em razão do volume de recursos necessário para sanear o rombo causado pelo MME.

“Art. 49. É da competência exclusiva do Congresso Nacional:

- I - resolver definitivamente sobre tratados, acordos ou atos internacionais que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional”.

- Nos últimos três anos, enquanto o serviço da dívida da construção foi progressivamente reduzido até sua extinção em 2024, as despesas de exploração dispararam, impulsionadas pelas chamadas “benfeitorias socioambientais”, que não tem prazo para encerramento.
- Cabe salientar que essas “benfeitorias socioambientais” representam gastos nada triviais. Em 2024, chegaram a quase US\$ 1,5 bilhão anuais, além dos US\$ 700 milhões já previstos. Apesar de os consumidores brasileiros cobrirem cerca de 80% desses custos, os principais beneficiados são o Paraguai e o Paraná.
- Esses custos são repassados aos consumidores cativos das regiões Sul, Sudeste e Centro-Oeste por meio da conta de luz, caracterizando uma transferência de renda disfarçada, sem a devida autorização do Congresso.
- **Frisamos isso: o ministério está em busca de US\$ 121 milhões para sanear o rombo de Itaipu, mas foram “queimados” nada menos do que US\$ 1,5 bilhão em benfeitorias socioambientais controversas em Itaipu em 2024.**
- **Isso sem contar o repasse de R\$ 1,3 bilhões para infraestrutura da COP-30 em Belém, em evidente desvio de finalidade e incorrendo em uma espécie de subsídio cruzado, considerando ser essa uma atribuição que não cabe à Itaipu Binacional, mas sim aos governos dos entes federativos e seus respectivos orçamentos.**
- Em síntese, a proposta do MME é reduzir um desconto legalmente previsto para os consumidores de menor renda e consumo para pagar a conta de um rombo gerado pela inépcia do próprio ministério.
- Isso já seria um disparate por si só, mas a piada de mal gosto piora quando levamos em conta o cenário de uma verdadeira explosão nos “gastos socioambientais”, que inclui projetos tão abrangentes que até cooperativas ligadas ao MST e outros aliados de peso da ala petista acabam sendo contemplados. **Quem diria que "os companheiros" se juntariam para vilipendiar os mais pobres? Infelizmente, nada de novo no "padrão PT" de governo.**



Itaipu virou um instrumento para financiar projetos e obras com fins eleitorais do PT, tudo às custas da conta de luz dos brasileiros. Enquanto isso, você precisa fazer malabarismo em casa para colocar comida no prato. Um verdadeiro absurdo!

[Senador Jorge Seif \(PL/SC\).](#)

CORRUPÇÃO: O MAIOR INIMIGO DO BRASIL! É um absurdo o nível de corrupção que vemos hoje no país! Enquanto o povo sofre com impostos altos, falta de segurança, saúde precária e educação deficiente, bilhões de reais continuam sendo desviados dos cofres públicos. No Senado, tenho lutado incansavelmente contra esse mal que assola o Brasil. Apresentei projetos de lei para resistir ao combate à corrupção e garantir mais transparência na gestão pública. Não podemos aceitar que o dinheiro do trabalhador seja roubado por esquemas de corrupção. Chega de impunidade! E você, o que acha que precisa ser feito para acabar com a corrupção no Brasil? Comente aqui! Astronauta Marcos Pontes Senador do Brasil.

[Senador Astronauta Marcos Pontes \(PL/SP\).](#)



A “Herança maldita perpétua”: TCU identifica novo contrato superfaturado na Petrobras da época de Dilma Rousseff

O Tribunal de Contas da União apontou indícios de superfaturamento de pelo menos R\$ 12,6 milhões em contrato da Petrobras para proteger uma obra da chuva — mais uma prova de que, na estatal, até o mau tempo serve de pretexto para o desperdício. O problema também demonstra a perpetuidade da “herança maldita” petista.

Análise

- A [refinaria Presidente Bernardes \(Cubatão-SP\)](#) continua enfrentando prejuízos decorrentes de decisões tomadas durante o governo de Dilma Rousseff. Mesmo após uma década, os impactos persistem devido a contratos frágeis, metodologias questionáveis e à interferência política na gestão da estatal.



- Em 2013, a Petrobras estimou que possíveis paralisações nas obras da refinaria Presidente Bernardes, devido a condições climáticas adversas, poderiam durar 112 dias, com um custo total de R\$ 30,9 milhões. Isso resultaria em um custo diário de aproximadamente R\$ 276.688,00, segundo as previsões iniciais da Petrobras.
- Para mitigar esses impactos, a empresa definiu por um contrato de R\$ 29 milhões para o aluguel de uma cobertura insuflável e indenizações. Após a instalação dessa estrutura, as paralisações reais somaram somente 50 dias, cerca de metade do tempo projetado. Entretanto, os pagamentos de indenizações totalizaram R\$ 31,6 milhões, elevando o custo diário para cerca de R\$ 637.154,40 (sobrepço de 130%). **Nesse contexto, o [Tribunal de Contas da União \(TCU\)](#) identificou indícios de superfaturamento de, pelo menos, R\$ 12,6 milhões.**

49. Entende-se, portanto, que o Contrato 0800.0063833.10.2 não previu indenização de subempreiteiros e de ferramentas, de forma a manter-se o indício de superfaturamento calculado no Anexo B da instrução anterior, de R\$ 12.662.123,80 decorrente da parcela de sobrepreço de R\$ 275.263,56 por dia multiplicada pelo prazo de extensão de 46 dias considerado na planilha apresentada na peça 19, p. 10-11.

[Ata nº 4/2025 – Plenário TCU.](#)

- O superfaturamento apontado pelo TCU não é um caso isolado, mas reflexo de um modelo de gestão predatória, que dilapidou a Petrobras nos governos de Dilma Rousseff.
- E a atual gestão da Petrobras também dá sua parcela de contribuição para a perpetuidade da "herança maldita" petista. Sob a gestão de Magda Chambriard, a estatal volta a ser subordinada a interesses políticos, em prejuízo da competência técnica, predispondo a estatal a futuros escândalos financeiros.

Manifestações dos senadores:



O TCU identificou um superfaturamento de R\$ 126 MILHÕES em uma refinaria da Petrobras. Enquanto isso, os combustíveis seguem pesando no bolso do brasileiro! A corrupção não para! Dinheiro público indo pelo ralo e o povo pagando a conta!
[Senador Jorge Seif \(PL/SC\).](#)

O mundo já sabe que aqui Democracia não é. E sabe tbm q dia 16 de março voltaremos as ruas em todo Brasil queira o STF ou não para gritar contra o (des)condenado q voltou a presidir o País e cá estamos afundados em dividas, impostos, inflação e toda corrupção novamente! Basta deste desgoverno. A insatisfação é muito maior!

[Senador Carlos Portinho \(PL/RJ\).](#)



O PT já provou que não tem responsabilidade fiscal para governar o país. Lula repete o mesmo roteiro de Dilma — e já sabemos onde isso vai dar. Concorda? Me conta aqui nos comentários!

[Senador Luis Carlos Heinze \(PP/RS\).](#)

Se tem uma coisa que esse governo aprendeu com o de Dilma, foi a arte de torrar dinheiro com viagens. Em 2024, os gastos com passagens e diárias atingiram R\$ 3,58 bilhões. Só perde para 2014, quando Dilma bateu o recorde. Controle de gastos? Só se for na casa do contribuinte, porque no governo Lula a farra continua!

[Senador Marcos Rogério \(PL/RO\).](#)



Onde 'Conversa de Boteco' do Ministro da CGU encontra a Realidade

O governo Lula enfrenta desgaste crescente em transparência e combate à corrupção, acumulando críticas e queda em rankings internacionais. Enquanto a CGU minimiza e o PT responde com fake news, Lula reforça o retrocesso institucional ao questionar a liberdade de imprensa e rejeitar fiscalizações sobre gastos públicos, medidas que contribuem para a avaliação negativa do governo.

Análise

- O ministro da Controladoria-Geral da União (CGU) desdenhou o resultado da pesquisa [Corruption Perception Index](#), referindo-se a ela como uma "Conversa de Boteco" e tentando desmerecer a pesquisa em seu aspecto formal. Na mesma linha ofensiva, a presidente do PT, deputada Gleisi Hoffmann, revidou com fake news, mas acabou por receber mais uma [checagem de conteúdo negativa](#) da comunidade da rede X.





"A Transparência Internacional foi sócia da corrupção da Lava Jato, no desvio de R\$ 2,6 bilhões para uma fundação privada de Deltan Dallagnol e outros procuradores [...]".

[Deputada Gleisi Hoffmann.](#)

- Saliencamos ainda que a deputada parece ter uma memória seletiva, tendo em vista que utilizou a mesma pesquisa para criticar o governo Bolsonaro em 2020.



- Com efeito, o [relatório da entidade atacada](#) pela cúpula petista revela problemas no Poder Executivo que podem ser listados objetivamente, com inúmeras denúncias realizadas pela imprensa e pela oposição no Congresso. Em outras palavras, há um vasto arcabouço factual, que torna mais controversa a posição governista.
- Ademais, outras pesquisas apontam para a redução da transparência no Brasil com o governo petista, como o [Corruption Risk Forecast](#), desenvolvido pelo *European Research Centre for Anti-Corruption and State-Building* (ERCAS), o *Anti-Corruption & Governance Center* (ACGC) e o *Center for International Private Enterprise* (CIPE).

- Em seu resultado de 2023, a pesquisa revelou uma queda significativa em dois aspectos: Independência do Judiciário, em razão dos vínculos com o Poder Executivo, e Liberdade de Imprensa.
- Nesse contexto, seria razoável que o ministro e o PT adotassem uma postura mais proativa na identificação e resolução dos problemas de transparência e das denúncias de corrupção, em vez de serem refratários às críticas bem-fundamentadas.
- Segundo a entidade de transparência, o atual governo tem defendido práticas que fragilizam a transparência e o combate à corrupção, criando um cenário de retrocesso institucional, com destaque para:

➤ **Uso político das emendas parlamentares** – governo Lula bate [recorde histórico de emendas parlamentares](#), recursos passaram a ser moeda de troca entre Executivo e Legislativo, enfraquecendo o controle institucional

➤ **Renegociação opaca de acordos de leniência** – a CGU intermediou negociação com empresas envolvidas em corrupção, as quais foram [beneficiadas com abatimentos de até 50%](#), comprometendo a responsabilização.

➤ **Manutenção de autoridades sob suspeita** – o ministro Juscelino Filho segue no cargo apesar de [indiciado por corrupção e por organização criminosa](#), com relatório da Polícia Federal apontando diversos indícios de irregularidades na gestão do ministro das Comunicações de Lula.

➤ **Manutenção de autoridades sob suspeita** – o ministro Juscelino Filho segue no cargo apesar de [indiciado por corrupção e por organização criminosa](#), com relatório da Polícia Federal apontando diversos indícios de irregularidades na gestão do ministro das Comunicações de Lula.

➤ **Favorecimento de empresários envolvidos em escândalos** – os irmãos Batista, da J&F, continuam impunes e favorecidos por medidas governamentais nos diversos setores em que atuam, [como no caso da compra de energia da Venezuela](#). Por sinal, [o governo impôs um sigilo de 5 \(cinco\) anos](#) nas comunicações sobre o negócio controverso, reafirmando o “padrão PT” de transparência.

➤ **Falta de transparência no Novo PAC** – infelizmente, conteúdos dispersos e restritos são a marca do [descontrole e da falta de transparência do Novo PAC](#). Não há clareza sobre critérios de seleção dos projetos e transparentes, dificultando o controle social e a fiscalização sobre os investimentos.

➤ **Ingerência política na Petrobras** – decisões questionadas pelo corpo técnico indicam violações à Lei das Estatais. Não somente, destacamos complementarmente o [avanço do loteamento político](#) na estatal, característica que contribuiu para a maior crise da história da Petrobras, durante o governo de Dilma Rousseff.

➤ **Restrições ao acesso à informação** – o governo limita a transparência sob a justificativa controversa de proteção de dados pessoais. Sob essa justificativa, o [governo impôs sigilo de 100 anos, por exemplo, à agenda de Janja](#).

➤ **Corrupção persistente no DNOCS** – recursos essenciais continuam sendo desviados sem ações governamentais eficazes. [Estima-se um prejuízo de R\\$ 1,4 bilhões com desvios](#) no órgão e [governo Lula optou por manter o chefe investigado](#) pela Polícia Federal, assinalando conivência com a ingerência.

- Embora este seja um resumo conciso, pois há muito mais controvérsias envolvendo o governo Lula em 2024, discordamos da percepção palaciana de que a crítica à transparência do governo não se sustenta, muito pelo contrário.
- Não obstante, acreditamos ser plausível a postura galhofeira do ministro da CGU, uma vez que o comportamento anti transparência encontra eco no comportamento de seu superior, o presidente da República.
- Lula coroou a semana com pérolas como a "pergunta informativa de molecagem", que o governo não teria obrigação de responder, não sem antes levantar a bandeira anti-imprensa, histórica nos círculos do PT.



“Nós precisamos regular essa chamada imprensa digital. Não é possível que em uma imprensa escrita ou em uma televisão ele é punido. Tem lei para isso. E no digital, não tem. Os caras acham que podem o que quiserem. Provocar, xingar, incentivar a morte, a promiscuidade na vida das pessoas e não tem nada para punir”.

[Lula](#).

- Em pese as inúmeras desinformações na fala, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de instrumentos normativos suficientes para coibir abusos na esfera digital, garantindo a responsabilização de eventuais transgressores.

- **Em pese as inúmeras desinformações na fala, o ordenamento jurídico brasileiro dispõe de instrumentos normativos suficientes para coibir abusos na esfera digital, garantindo a responsabilização de eventuais transgressores.**
- O Marco Civil da Internet (Lei nº 12.965/2014) estabelece diretrizes para o uso da rede, prevendo a responsabilização de usuários e provedores. O Código Penal e a legislação cível já tipificam condutas como injúria, difamação, calúnia e incitação ao crime, aplicáveis independentemente do meio em que ocorram. A Lei nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados) disciplina a utilização de informações pessoais, conferindo garantias contra abusos. Por fim, o direito de resposta, previsto na Lei nº 13.188/2015, pode ser aplicado à internet, especialmente a veículos de comunicação digital, conforme interpretação judicial. Desse modo, a assertiva de que inexistem mecanismos punitivos para a imprensa digital não encontra respaldo jurídico.
- Deve-se considerar ainda que o presidente e seu partido já utilizaram o direito de resposta inúmeras vezes. Nas eleições de 2022, por exemplo, Lula obteve [184 inserções de direito de resposta nas propagandas de Bolsonaro](#), um número significativo ao considerarmos que o principal beneficiário destas acredita que a internet é uma “terra sem lei”.
- Já a fala sobre a pergunta informativa de “molecagem” surgiu no contexto das pressões que o Planalto tem recebido sobre explicações para a malversação de recursos públicos por familiares de Lula.

“Agora a gente tem que separar o que é pergunta séria, o que é pergunta informativa e o que é molecagem. Então aquilo que é irresponsável, a gente não vai dar bola para aquilo”.

[Lula](#).



- Primeiramente, a Constituição Federal de 1988 assegura, no artigo 5º, inciso XXXIII, o direito de todos os cidadãos de obter dos órgãos públicos informações de interesse particular, coletivo ou geral, excetuando-se aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado, o que não se aplica ao caso.

- O artigo 37, *caput*, estabelece os princípios que regem a administração pública, incluindo a publicidade, que implica a divulgação oficial dos atos administrativos para garantir transparência e possibilitar o controle social.
- Por sua vez, a Lei nº 12.527/2011, conhecida como Lei de Acesso à Informação (LAI), regulamenta esse direito constitucional, determinando que órgãos e entidades públicas divulguem proativamente informações de interesse coletivo, como receitas, despesas, licitações e contratos, **e estabelece procedimentos para que qualquer pessoa possa solicitar e obter essas informações sem necessidade de justificativa (§3º do art. 10). Em outras palavras, não é cabível o filtro que o presidente pretende instituir no governo à revelia da lei.**

Art. 10. Qualquer interessado poderá apresentar pedido de acesso a informações aos órgãos e entidades referidos no art. 1º desta Lei, por qualquer meio legítimo, devendo o pedido conter a identificação do requerente e a especificação da informação requerida. [...]

§ 3º São vedadas quaisquer exigências relativas aos motivos determinantes da solicitação de informações de interesse público.

- Inclusive, o [Ministério Público Federal abriu investigação para investigar a caixa-preta do Palácio](#), contemplando as sucessivas classificações de sigilo de 100 anos e os gastos nababescos da primeira-dama. De acordo com a [página independente Janjometro](#), estima-se que a primeira-dama já teria gasto mais de R\$ 116 milhões do erário público desde o início do governo.

“Apurar supostas irregularidades ocorridas na Presidência da República, como a recusa em fornecer informações sobre a quantidade de assessores à disposição e o uso de sigilo com relação à visita dos filhos do presidente ao Palácio do Planalto, bem como em relação ao uso do helicóptero presidencial e à alimentação no Palácio da Alvorada”.

[Pedido Inicial da Abertura do Inquérito.](#)

- Para mencionarmos apenas um exemplo, sem ocupar cargo público, a primeira-dama está em Roma representando a presidência. Segundo [apuração de “O Estadão”](#), a comitiva já custou ao menos R\$ 140 mil aos cofres públicos.

- O que legitima a representação do Brasil por Janja, se esta não ocupa cargo público? Por que ela necessita de quatro assessores acompanhando em uma viagem que não pode ser categorizada como oficial? E quanto custará essa extravagância para erário? As perguntas se acumulam e, muitas vezes, não são respondidas.
- **A análise da conjuntura revela de maneira inequívoca o motivo pelo qual o Brasil tem gradualmente perdido posições nos rankings globais de transparência com Lula e companhia. A resposta, clara e objetiva, reside no descompromisso do governo em promover a transparência, evidenciado tanto por suas ações concretas quanto pelas declarações torpes de seus líderes.**
- A evidência da crescente intolerância do brasileiro em relação ao descompromisso governamental é patente, conforme revelam as mais recentes pesquisas [Atlas Intel](#) e [Datafolha](#), que apontam o pior momento da gestão atual e o resultado mais negativo da história de Lula.
- O próprio presidente Lula experimenta essa crise de forma direta, sendo notável o [esvaziamento dos eventos promovidos pelo Planalto](#), um claro sinal de que a paciência da população para as bravatas presidenciais está se esaurindo. Estamos imersos em uma crise de natureza econômica e política, mas, acima de tudo, uma crise de credibilidade.

Manifestação dos senadores:



Segundo o Ministro da CGU do Governo Lula, o ranking da Transparência Internacional que colocou o Brasil na pior posição de sua história é “conversa de boteco”. É o tipo de declaração desqualificada que se espera do ministro de um Governo que esvaziou o combate e a prevenção à corrupção no Brasil, a começar pela suspensão da lei das estatais. O ranking é considerado internacionalmente o principal indicador do nível de corrupção de um país. As pesquisas de opinião de outros institutos também confirmam que a população entende que a corrupção cresceu neste governo. Lula conseguiu colocar o Brasil na 107 posição entre 189 países, atrás da Argentina, Colômbia, Etiópia, Senegal, Cuba e Kazaquistão, entre outros. Minha sugestão ao Ministro: tenha mais humildade, fale menos e vá trabalhar.

[Senador Sérgio Moro \(União/PR\)](#)



Gente, pior que na época do Mensalão? Pior que na época da Lava Jato e do Petrolão, do escândalo dos fundos de pensão? O que está acontecendo? Alguém consegue explicar? (Contém ironia)

[Senadora Damares Alves \(PL/DF\).](#)

Corrupção no Brasil? Subindo. Índice de transparência? Ladeira abaixo. O país despencou no ranking da Transparência Internacional e bateu sua pior nota desde 2012. Enquanto isso, o governo tenta nos convencer de que está tudo bem. Com tanta “cautela” para explicar a queda, daqui a pouco vão dizer que é só uma questão de percepção. Mas quem sente no bolso e na vida real sabe bem o que está acontecendo.

[Senador Marcos Rogério \(PL/RO\).](#)



Esse é o jeito do PT governar. Não há transparência, nem política anticorrupção. Veja só que um dos ministros do governo é alvo de escândalos recorrentes e segue no cargo. Sem falar no histórico de corrupção do partido, da descondenação e da paralisia do Estado.

[Senador Luiz Carlos Henze \(PP/RS\).](#)

5 SEGURANÇA PÚBLICA

Programa Pena Justa é justo para quem?

Governo Lula não promove segurança pública e bem-estar para os cidadãos livres, mas promete, juntamente com o poder judiciário, melhorias para os presos. Como o Programa Pena Justa foi construído? Existe algum nexo entre as visitas e audiências de membros do crime organizado com autoridades do governo Lula? Afinal, o Programa Pena Justa é justo para quem?

Análise

- Em meio à escalada de violência nas cidades e ao crescimento do temor da população com relação à segurança pública, o governo Lula e o Supremo Tribunal Federal “lançaram” o Programa Pena Justa, na última quarta-feira, 12 de fevereiro. O programa, mentalizado pelo governo Lula e por ministros do STF, “formaliza acordos de cooperação para cumprir mais de 300 metas que visam melhorias no sistema penitenciário até 2027”, segundo [publicação](#) no próprio site do STF.



- O Pena Justa, segundo o STF, tem como objetivo “combater as violações sistemáticas de direitos humanos no sistema prisional brasileiro”. Ao longo do evento de lançamento do programa no STF, autoridades assinaram acordos de cooperação técnica e iniciativas de investimentos públicos e privados. O presidente do STF, ministro Barroso, classificou o programa como um “esforço do estado de retomar o controle do protagonismo dentro do sistema prisional brasileiro”.
- Ainda no evento de lançamento do programa, as autoridades envolvidas apresentaram até um selo comemorativo dos Correios para marcar a iniciativa. De fato, a intenção do programa é muito boa, haja vista a realidade dentro do sistema penitenciário brasileiro. Mas como o atual poder executivo e o poder judiciário chegaram a esse consenso sobre essas 300 metas que poderão melhorar a vida dos presos? E para os cidadãos livres, que não escolheram a “vida do crime”, algum programa, projeto ou até uma PEC a curto prazo para melhorar a segurança ou pelo menos trazer alguma sensação de segurança?
- Percebe-se uma desconexão completa das autoridades constituídas do país com relação à promoção do bem-estar e da segurança dos cidadãos de forma geral. O governo Lula passou praticamente o ano inteiro de 2024 “ensaiando” apresentar a tal Proposta de Emenda à Constituição da Segurança Pública e quando apresentou o “esboço” dessa PEC aos governadores, foram rechaçados prontamente pelos gestores estaduais, tamanha as discordâncias e erros crassos com relação ao entendimento da realidade da insegurança nos estados.
- Ademais, será que essas mesmas autoridades constituídas que trabalharam na elaboração do Pena Justa, basearam-se em alguma pesquisa de opinião recente, aberta aos cidadãos livres, para verificarem as reais preocupações deste mesmo cidadão com relação à segurança pública e ao bem-estar social?
- O brasileiro clama por segurança pública, segundo [recente pesquisa](#) realizada pelo Instituto de Pesquisas Sociais, Políticas e Econômicas (Ipespe). Segundo a pesquisa, segurança pública é a segunda área com mais problemas no país, ficando atrás apenas da Saúde.
- Somente 4% dos entrevistados consideram que segurança pública está melhor atualmente ou identificam a área como a que mais avançou. Metade da população brasileira se sente insegura em seu bairro. A pior situação é nas periferias, onde 61% das pessoas declaram se sentirem inseguras ou muito inseguras. Os crimes de roubo, furto e tráfico de drogas perturbam e impactam a rotina de 1 em cada 3 brasileiros.

[Associado ao tráfico de drogas](#), o crime organizado no Brasil ganhou R\$ 186 bilhões com golpes virtuais e furtos de celulares de julho de 2023 a julho de 2024, segundo o último [relatório](#) divulgado pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP).

EVAIR
DE MELO | DEPUTADO FEDERAL
VICE-LÍDER DA OPOSIÇÃO

- A violência contra a mulher também ganhou destaque no último relatório, sendo considerada um grande problema por 25% dos entrevistados. Quase metade das pessoas entrevistadas conhece casos de violência contra a mulher, e quanto maior a instrução, mais registros. Seria importante em futuras pesquisas que os institutos incluíssem essas questões das condições dos presos e do próprio sistema prisional para que saibamos realmente quais são as reais prioridades e anseios da população em geral.
- Para entendermos um pouco mais sobre a elaboração do programa Pena Justa, vale lembrar os últimos capítulos das audiências “cabulosas” que ocorreram nos últimos anos do governo Lula.
- Segundo [reportagem](#) da jornalista Mirelle Pinheiro, do jornal Metrôpoles, as duas principais facções criminosas do país, o Comando Vermelho (CV) e o Primeiro Comando da Capital (PCC) estariam negociando uma “flexibilização nas regras do Sistema Penitenciário Federal (SPF)”. Isto é, o governo Lula estaria desde 2023 negociando diretamente com as facções criminosas “um jeitinho para ficar bom para todos”? Advogados das facções e representantes dessas facções têm atuado como intermediários, articulando um plano jurídico para enfraquecer as normas do sistema.
- Em 2023, primeiro ano do governo Lula 3, Luciane Farias, vulgarmente conhecida como a “Dama do Tráfico”, condenada a 10 anos de prisão por associação para o tráfico de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro, foi recebida por autoridades no Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) do então ministro Flávio Dino.
- A “Dama” é casada com Clemilson Farias, o “Tio Patinhas”, líder do CV no Amazonas e que responde por assassinatos e tentativas de homicídio naquele Estado. Na ocasião da visita ao MJSP, a “Dama” se apresentou como presidente do Instituto Liberdade do Amazonas (ILA), uma Organização Não Governamental que, segundo o próprio site, atua em defesa dos direitos humanos e fundamentais dos presos. Para a Polícia Civil do Estado do Amazonas, o ILA é financiado pelo tráfico de drogas.

- Outra ONG, denominada Pacto Social & Carcerário de São Paulo (PS&C), que segundo [reportagem](#) do jornal Estadão, presta contas de suas ações ao PCC, participou de reuniões com autoridades do MJSP e do Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC) do governo Lula.
- Segundo a reportagem, assinada pelos jornalistas André Shalders, Gustavo Cortês e Vinicius Valfré, essa ONG foi desmantelada pela operação “Fake Scream”, deflagrada pela Polícia Civil de São Paulo (PCSP) e pelo Ministério Público do Estado de São Paulo (MPE-SP) em janeiro deste ano. De acordo com a investigação da PCSP, a ONG está ligada à cúpula do PCC desde a fundação e presta contas à facção de todas as suas atividades.
- Segundo o MJSP e o MDHC, as reuniões aconteceram e tiveram como objetivo discutir políticas públicas para presidiários e problemas na qualidade da alimentação no presídio federal da Papuda, em Brasília.
- Esse caso é semelhante ao caso da “Dama do Tráfico”. A ONG PS&C é presidida por Luciene Ferreira. O vice-presidente dessa ONG é Geraldo da Costa, casado com Luciene. Geraldo foi condenado por homicídio e corrupção ativa.
- Sua esposa participou de ao menos duas atividades no MJSP. Na última atividade em que Luciene participou, foi apresentado a ela e a dirigentes de outras ONGs o projeto Pena Justa. Seria então o Pena Justa uma “colcha de retalhos” costurada a muitas mãos, inclusive por membros das maiores facções do país? Relatórios de inteligência já captaram comunicações codificadas e movimentações suspeitas entre os advogados do PCC e do CV, indicando que uma força-tarefa foi montada para pressionar o governo.
- A elaboração do Pena Justa foi determinada pelo STF no âmbito da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF) 347, apresentada pelo Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), em 2015 e julgada procedente em 2023.
- Ao decidir a ação do PSOL, o STF reconheceu a existência de um “Estado de Coisas Inconstitucional (ECI)” nas cadeias brasileiras, geralmente afetadas por superlotação e más condições de vida e segurança para os presos. Segundo o Conselho Nacional de Justiça, o Pena Justa visa “enfrentar a situação de calamidade nas prisões brasileiras”.

- É impossível ler sobre o programa Pena Justa e todas as articulações em torno do programa, até mesmo os tais encontros “cabulosos” entre autoridades públicas nomeadas por Lula e membros do crime organizado, bem como falar de melhoria do sistema prisional e da promoção de “penas justas” para os presos de maneira geral sem lembrar de Cleriston Pereira da Cunha, falecido em 20 de novembro de 2023, por um mal súbito, no Complexo Penitenciário da Papuda, em Brasília.
- É para lamentar novamente a perda de um pai de família como o “Clezão”, réu primário, hipertenso, diabético, cardíaco e que morreu sob a custódia do estado, mesmo o estado sabendo da sua condição de saúde e mesmo o próprio estado, via Procuradoria-Geral da República emitindo um parecer recomendando a liberdade provisória de Cleriston. Não podemos esquecer que o responsável pelo processo no Supremo Tribunal Federal, ministro Alexandre de Moraes, simplesmente não analisou o pedido.



O que estamos fazendo é um exercício de empatia, não com ingenuidade nem despreço à situação das vítimas nem para oferecer mordomias inaceitáveis para essas pessoas, mas apenas para dar condições mínimas de dignidade para que elas não saiam de lá pior do que entraram. Essas pessoas não devem ser atiradas no lixo do sistema prisional. Elas não perderam sua dignidade, apenas perderam sua liberdade”, disse o presidente do STF e do Conselho Nacional de Justiça, Luís Roberto Barroso, durante a cerimônia de lançamento do *Pena Justa*.

- O senador Sérgio Moro (União Brasil/PR), ao tecer críticas sobre o programa Pena Justa afirmou que “algumas propostas constantes no texto são ilegais e injustificáveis”. Segundo Moro, “atualmente, o preso que trabalha ou estuda consegue abater parte de sua pena. Um dia de pena por três de trabalho, por exemplo. É a remição da pena.
- O Pena Justa propõe remição de pena mesmo para quem não trabalhar ou estudar quando não houver essa oportunidade no presídio. Ora, oportunizar trabalho e estudo ao preso é uma política pública que custa dinheiro e esforços e tem que ser implementada na medida do possível. O preso, mesmo sem estudar ou trabalhar, não pode ser premiado com abatimento automático da pena só porque o estado ainda não conseguiu lhe conceder essa oportunidade”.

- Moro também questiona o programa com relação a proposta de compensação penal com redução da pena por dias de prisão em más condições do cárcere. “Essa medida também não tem qualquer previsão legal e não passaria no Congresso. Se vier por criatividade interpretativa, será mais um caso de ativismo judicial”.
- O senador afirma que “essas propostas extravagantes para abater penas sem causa legal ignoram os direitos das vítimas da justiça, bem como os mecanismos de prevenção específica e geral. Resolver o problema penal abrindo as portas da cadeia reforçará a impunidade e fragilizará ainda mais o combate ao crime no Brasil”.
- A falta de referência no Pena Justa ao contrabando de celulares e drogas dentro dos presídios, a falta de previsão de medidas necessárias para isolar líderes das facções, a falta de referência à necessidade de restabelecer a disciplina nos ambientes prisionais, também chamaram a atenção do senador Moro. “Essas omissões reforçam a percepção de que o objetivo central do plano consiste em evitar prisões e soltar condenados o mais rapidamente possível”.
- O senador Moro sugere um diálogo do Executivo e do Judiciário com o Legislativo, para que se busquem “soluções e não optar simplesmente pelo desencarceramento em massa na errada ilusão de que isso reduzirá a criminalidade no Brasil”.
- Sérgio Moro foi juiz federal por vinte e dois anos e também ministro da Justiça e Segurança Pública do governo Bolsonaro. Ao longo do período em que esteve à frente do MJSP do governo Bolsonaro, ocorreu a maior redução do número de crimes no Brasil.
- É realmente lamentável que um programa tão importante seja lançado em um momento em que as prioridades deveriam ser outras, vide pesquisas de opinião pública recém publicadas. Lula e autoridades próximas ao presidente da república insistem na narrativa de um possível binômio entre a sociedade livre e os criminosos.
- O criminoso não é a vítima, em hipótese alguma. O Estado não pode negociar com o crime organizado, muito menos receber o crime organizado em suas instalações. O Estado existe para combater o crime organizado. E é compreensível agora entender o porquê de o presidente Lula ter sido tão bem votado dentro do sistema prisional brasileiro nas eleições de 2022. Segundo [reportagem](#) do site “O Antagonista”, Lula recebeu 4 de cada 5 votos de eleitores presos.